

Dissuasão no Estreito de Taiwan: 2004-2010*

Alexandre Carriço

Major de Infantaria. Professor na Academia Militar

Resumo

No plano das relações entre Pequim e Washington tem-se notado um crescente “empenho” norte americano quanto às questões de segurança de Taiwan. Os resultados mais palpáveis deste empenhamento são o incremento da venda de armas americanas a Taiwan ao abrigo do *Taiwan Relations Act*, no início de uma relação de cooperação em termos de segurança no caso de um conflito, e um interesse renovado da administração norte americana na implementação de um sistema de defesa anti-balística de carácter nacional e de teatro de operações, nas quatro componentes operativas de intercepção (pré-lançamento, ascensão, trajecto médio, e terminal ou descendente). Independentemente da transitória aproximação estratégica entre as duas capitais, resultante dos atentados de 11 de Setembro de 2001, na verdade, parece existir um consenso generalizado no espectro bipolar da política norte americana de que em caso de agressão militar da China a Taiwan, não resta aos Estados Unidos outra possibilidade senão intervir directamente. No entanto, Washington tem mantido a sua actuação como o “fiel de uma balança” onde o difícil está exactamente em manter “os seus dois pratos política e militarmente equilibrados”. Por outras palavras, este equilíbrio baseia-se na capacidade de implementação de uma dupla dissuasão em prol da preservação da estabilidade regional, o qual independentemente das vulnerabilidades operativas que apresenta ainda continua a ser a melhor opção de conduta ao dispor de Washington.

Abstract

To what concerns the relations between Beijing and Washington it's been noted a growing American involvement in Taiwan security issues. The most palpable results of this involvement are the increased arms sales according to the Taiwan Relations Act, the beginning of a cooperative military relationship, and the American administration renewed interest on the implementation of a national and theatre ballistic missile defence system, in four operational interception phases (pre-launch, boost, midcourse and terminal defences). In spite of a transitory strategic rapprochement between the two capitals, as a result of September 11 terrorists attacks, the truth is that it seems to exist a broad consensus in the bipartisan American political spectre about the inevitability of an American military intervention in the Taiwan Strait if Beijing decides to attack Taipei. Nevertheless, Washington has been able to preserve his position as a “strategic leveller”. This is to say that this equilibrium is based on a double deterrence which intends to preserve the regional stability. Even if we recognize the operational vulnerabilities that this option presents to the United States, still it's the best political path for the near future.

* O autor agradece a paciência e a tradução feita por Jian Wan das passagens de algumas das publicações militares chinesas consultadas pelo autor. O seu auxílio não o responsabiliza pelos erros ou omissões desta análise as quais me competem exclusivamente.

1. Introdução

A crise de 1995-1996 entre a China e Taiwan logrou baixar o perfil das declarações e da postura política das autoridades de Taipé face a uma eventual independência (sendo desde então apenas renovado ciclicamente nos períodos anteriores à realização de eleições presidenciais na ilha – como se verificou uma vez mais em Março de 2004), e trouxe no plano das relações entre Pequim e Washington um crescente “empenho” norte americano quanto às questões de segurança da ilha. Os resultados mais palpáveis deste empenhamento são o incremento da venda de armas americanas a Taiwan ao abrigo do *Taiwan Relations Act*, no início de uma relação de cooperação em termos de segurança e em caso de conflito, e um interesse renovado da administração norte americana na implementação de um sistema de defesa anti-balística¹. Independentemente da transitória aproximação estratégica entre as duas capitais, resultante dos atentados de 11 de Setembro de 2001, na verdade, parece existir um consenso generalizado no espectro bipolar da política norte americana de que em caso de agressão militar da China a Taiwan, não resta aos Estados Unidos outra possibilidade senão intervirem directamente². No entanto, e compreensivelmente, preferem actuar como o “fiel de uma balança” onde o difícil está exactamente em manter “os seus dois pratos política e militarmente equilibrados”. Por outras palavras, este equilíbrio baseia-se na capacidade de implementação de uma dupla dissuasão em prol da preservação da estabili-

1 GOLDSTEIN, Steven M. e Randall Schriver, “An Uncertain Relationship: The United States, Taiwan, and the Taiwan Relations Act”, *The China Quarterly* n°165, 2001, pp. 147-172. RODMAN, Peter W., *Shield Embattled: Missile Defense as a Foreign Policy Problem*, Washington, Nixon Center, 2002, pp. 43-55. O Presidente Chen Shui-bian solicitou recentemente ao Parlamento de Taiwan uma autorização para aquisição suplementar de armamento norte americano no valor de 18.2 bilhões de dólares, em complemento ao pacote aprovado por George Bush em 2001 que estipula o fornecimento de seis baterias de Patriot PAC-3, oito submarinos a diesel, e de doze aviões de luta anti-submarina P-3C Orion. No final de 2004 realizar-se-ão exercícios militares aero-navais no Pacífico Ocidental que contarão pela primeira vez com a participação de forças de Taiwan. Paralelamente no Verão deste ano, o Brigadeiro-General John Allen do Pentágono será o primeiro Oficial-General no activo a visitar a ilha desde 1979: o objectivo é o reforço do treino conjunto das forças, o estabelecimento de uma linha militar directa entre Taiwan e o Pentágono, e a partilha de imagens de satélite. LIU, Melinda, “Dangerous Straits”, *Newsweek*, June 28, 2004, pp. 33-35. Veja-se ainda http://www.taiwansecurity.org/AFP/2002/AFP_100702-1.htm.

2 CARRIÇO, Manuel Alexandre G., “As Consequências Geopolíticas para Pequim dos Atentados de 11 de Setembro: Uma Análise Regional”, *Nação e Defesa* n°103, 2002, pp. 181-209. Cf. FRIEDBERG, Aaron L., “11 September and the Future of Sino-American Relations”, *Survival* n°1, 2002, pp. 33-50. Jia Qingguo define as relações entre os Estados Unidos e a China como uma “redução de diferenças, com diferentes prioridades e algumas tensões”. QINGGUO, Jia, *Impact of 9.11 on Sino-U.S. Relations: A Preliminary Assessment*, Taipei, CNAPS, 2002.

dade regional, o qual independentemente das vulnerabilidades operativas que apresenta ainda continua a ser a melhor opção de conduta ao dispor de Washington.

Para melhor se compreender a dimensão deste desafio, torna-se necessário em primeiro lugar, mergulharmos no enquadramento empírico da teoria da dissuasão, a qual atingiu o seu apogeu durante a Guerra Fria, quando foi dissecado e aplicado ao teatro europeu.

2. A Teoria da Dissuasão e o Estreito de Taiwan

Pode-se catalogar o racional de emprego da força militar segundo duas grandes componentes: o emprego indirecto e o emprego directo de forma a manter ou a preservar um determinado *status quo*. Este emprego pode ser por sua vez classificado de acordo com os seus objectivos, estratégias e meios. No presente estudo vamo-nos centrar exclusivamente na abordagem indirecta de emprego da força (nas expressões de Thomas Schelling, na “violência latente” ou “diplomacia da violência”)³ mais especificamente na estratégia de dissuasão inserida num contexto de manutenção do *status quo* no Estreito de Taiwan⁴. Esta estratégia visa afectar o comportamento de um adversário indicando a contingência da acção, enquanto que o emprego efectivo da força militar em apoio da política é mantido em reserva.

A dissuasão pela ameaça de emprego da força é basicamente o reconhecimento de que uma vitória ainda que possível é suficientemente desencorajadora para o Estado atacante, mesmo que o seu território não seja violado, visto que os custos em termos de sangue, recursos financeiros, ou poder político, ultrapassam em larga medida os benefícios de uma acção bélica.

A dissuasão assume duas vertentes operacionais: a convencional e a nuclear. A estratégia de dissuasão convencional ameaça um potencial adversário com o prospecto de confrontar uma resistência encarniçada mesmo que obtenha um sucesso imediato nos seus objectivos militares determinados. A dissuasão convencional apresenta no entanto cinco vulnerabilidades se comparada com a dissuasão nuclear, por mais limitada que esta seja.

3 SCHELLING, Thomas C., *Arms and Influence*, New Haven, Yale University Press, 1966.

4 Ainda que reconheçamos o valor de um estudo sobre a dissuasão pela defesa (componente acarinhada por Taiwan).

Primeiro, por vezes a prospectiva de uma vitória pírrica por parte do atacante pode não o impedir de levar a cabo os seus objectivos ofensivos. Por mais devastadores que sejam os efeitos da resposta convencional do defensor, ao contrário da vertente nuclear, esta tipologia estratégica não possui uma componente temporal punitiva quase que imediata, o que pode levar o agressor a procurar testar a determinação da sua vítima. Na verdade a história sugere que as grandes potências não são facilmente dissuadidas a agirem contra Estados mais fracos, independentemente das ameaças de uma resistência popular generalizada face ao invasor⁵.

Segundo, a dissuasão convencional implica a troca de espaço por tempo em oposição a uma estratégia de defesa avançada que procura repelir o ataque inicial do adversário. Ora, esta é uma opção que actualmente os líderes políticos não se encontram particularmente inclinados a aceitar quanto mais a inserir nas suas políticas de segurança nacional, uma vez que os dividendos que daí possam advir são quase nulos e por isso pouco atractivos.

Terceiro, a base económica das modernas sociedades não coabita com os constrangimentos resultantes de uma estratégia de troca de espaço por tempo, por mais extensa que seja a dimensão geográfica de um país. A concentração dos pólos industriais e económicos nas grandes cidades torna uma retirada para o interior de um país um exercício de masoquismo estratégico uma vez que, e no mínimo, tal opção acarretará um maior ónus sobre a manutenção de uma organização de resistência nacional, podendo contribuir para fortalecer a capacidade de um invasor em proceder a uma uerra de supressão. A outra opção – a de sabotagem desses centros industriais – ainda que aumente os problemas logísticos do invasor, pode não condicionar seriamente o fluxo de abastecimentos que este possa receber a partir de outras origens, contribuindo apenas para transferir e onerar para jusante o preço de uma reconstrução do país quando o atacante retirar.

5 Veja-se os exemplos da Guerra da Coreia, do Vietname, do Afeganistão (com a União Soviética) e da recente Guerra do Iraque.

Figura 1 - O Emprego da Força Militar em Alternativas Estratégicas

Emprego Indirecto da Força				
	Manutenção do <i>Status Quo</i>		Mudança do <i>Status Quo</i>	
<i>Objectivo</i>	Dissuasão		Persuasão	
<i>Estratégia</i>	Punitiva	Defensiva	Compelimento	Ofensiva
<i>Meios</i>	Nucleares e/ou Convencionais	Nucleares e/ou Convencionais	Nucleares e/ou Convencionais	Nucleares e/ou Convencionais
Emprego Indirecto da Força				
	Manutenção do <i>Status Quo</i>		Mudança do <i>Status Quo</i>	
<i>Objectivo</i>	Preservação		Alteração	
<i>Estratégia</i>	Defensiva		Ofensiva	
<i>Meios</i>	Nucleares e/ou Convencionais	Nucleares e/ou Convencionais	Nucleares e/ou Convencionais	Nucleares e/ou Convencionais

Quarto, à medida que o nível de vida de um país aumenta, torna-se mais difícil, sem olharmos a sentimentos nacionalistas, de organizar os cidadãos de forma a convencer o adversário de que estes podem consubstanciar uma força dissuasora credível. Com uma cada vez menor percentagem da população envolvida no sector primário e secundário, esta tende a tornar-se mais avessa à participação e aos perigos e sofrimento associados aos movimentos de resistência organizada. A organização e treino de tais grupos, se considerada num conceito de defesa nacional, envolve constrangimentos pessoais e económicos que não são predominantes em tempos de paz. Preparativos à parte, se o potencial atacante considerar que esta capacidade popular de persistência de combate é dúbia, fará o inerente desconto na credibilidade da ameaça de resistência, minando o seu efeito de dissuasão. Por outras palavras, quanto maior for o contraste entre o padrão de vida das populações em tempo de paz e as provações pelas quais terão de passar em tempo de guerra, maiores serão as dúvidas do potencial agressor quanto à capacidade de resistência da vítima.

Por último, existe a lógica paradoxal da estratégia. Caso, não obstante os riscos das complicações atrás referidas, a estratégia obtiver sucesso, estes podem-se tornar irrelevantes. Um atacante pode limitar os seus objectivos iniciais de uma guerra total

de invasão ou ocupação de forma a atingir o objectivo político da rendição do adversário. Esta lógica pode conduzir o atacante a considerar outros meios passíveis de o fazerem atingir os seus objectivos que não obstante continuam a comprometer a segurança do Estado mais fraco. Tais meios podem passar por uma chantagem ou coerção sobre a vítima, ou em alternativa optar por um ataque rápido limitado capaz de conquistar objectivos territoriais limitados e por inerência essencialmente políticos, no que se vulgarizou designar por “estratégia do facto consumado”. Esta estratégia caso seja bem sucedida, permite transferir o peso da desvantagem táctica para o Estado mais fraco que passará agora a ter de atacar os objectivos conquistados por um adversário que lhe é superior.

Quanto à lógica da dissuasão nuclear por intermédio da ameaça de uma retaliação nuclear ela é actualmente bastante conhecida. No entanto, no sub-nicho das potências nucleares como a China, ela apresenta algumas *nuances* estratégicas por demais importantes para poderem ser deixadas em claro. Ao construir – à semelhança do Reino Unido e da França – uma capacidade nuclear limitada de dissuasão, Pequim teve de consolidar uma força punitiva suficientemente credível e capaz de criar, usando o termo de Devin Haggerty, a “incerteza do primeiro ataque”⁶. Este conceito reflecte simplesmente a dúvida omnipresente de que mesmo o mais bem planeado ataque surpresa não conseguirá eliminar totalmente a capacidade da vítima em lançar um contra-ataque retaliatório inaceitável, ficando conceptualmente próximo da noção associada à “destruição assegurada”. Ou seja, este critério mais modesto de resposta nuclear, consegue lançar no cálculo estratégico dos custos e dos benefícios a retirar pelo atacante, um receio de que mesmo o emprego de alguns pequenos engenhos nucleares sobre o seu território, acarrete consigo os riscos de uma horrível destruição incompatível com a estratégia por si adoptada.

Um pequena incursão na teoria prospectiva sugere-nos que os Estados valorizam mais aquilo que possuem do que aquilo que esperam poder vir a adquirir. Sob este prisma pode-se explicar que um Estado que pretenda manter o *status quo* tenda a correr mais riscos do que aquele que pretende alterá-lo. No entanto, é o agressor que toma a iniciativa que aumenta os riscos que ambos poderão ter de correr. Assim, os ganhos não são tão valorizados quanto as perdas e este receio estabelece uma tamponagem psicológica que só é rompida caso os ganhos sejam por demais evidentes e atraentes face às perdas

6 HAGGERTY, Devin, *The Consequences of Nuclear Proliferation: Lessons from South Asia*, Cambridge, MIT Press, 1998, p. 26.

a suportar. Concomitantemente, um actor com uma capacidade nuclear inferior (como é o caso da China perante os Estados Unidos) não pode optar racionalmente por retaliar quando tal decisão implicará um devastador contra-golpe do remanescente das forças superiores do atacante. Mesmo assim, e por paradoxal que possa parecer, a mera posse dessa simples capacidade de retaliação e a possibilidade de ela ser concretizada, é o suficiente para lançar dúvidas em ambos os campos sobre qual será a resposta do opositor, concretizando aquilo que é a pedra angular das doutrinas de dissuasão chinesa, inglesa e francesa, e aquilo a que Thomas Schelling designou por “ameaça que deixa algo à sorte”⁷.

Para ser efectiva, uma dissuasão nuclear requer que um Estado identifique ameaças que possam ser racionalmente executadas. O objectivo passa por ameaçar ou infligir punições, e não trocar ameaças que descambem num suicídio nuclear mútuo. Esta abordagem infere uma capacidade de dissuasão biunívoca por intermédio de um processo de escalada controlada no qual cada uma das partes demonstra a sua vontade em infligir danos severos mas limitados ao adversário, bem como a respectiva capacidade em os absorver. Esta dialéctica pressupõe uma competição entre os adversários pela criação do maior número possível de pequenas e limitadas opções nucleares. Quem detiver um maior número de opções, e por inerência de conferir danos, terá uma maior probabilidade de prevalecer, ainda que o primeiro a esgotá-las se veja na contingência extrema de, em desespero, recorrer a um último ataque nuclear suicida.

Estes processos de gradação da ameaça requerem um sofisticado sistema de comando e controlo particularmente mais dispendiosos para os Estados económica e tecnologicamente menos desenvolvidos, mas que não logram eliminar a dúvida da sua real capacidade de sobrevivência após um primeiro ataque.

Actualmente, a China encontra-se precisamente na confluência de todas estas “deambulações empíricas e prospectivas sobre a dissuasão nuclear e convencional”, isto se tentarmos aplicar os emolumentos atrás percorridos à situação geopolítica e geo-estratégica existente no Estreito de Taiwan. De facto, e sabendo-se que os efeitos inibidores de uma escalada que tornam uma dissuasão nuclear tanto robusta como acessível são o resultado das consequências estratégicas da revolução nuclear e não das políticas específicas dos Estados, a estes, caso não se encontrem satisfeitos com as capacidades nucleares que detenham, resta ainda a possibilidade de reforçarem os efeitos da sua dissuasão complementando-a com forças convencionais. Ao negar a um adversário a certeza de

7 SCHELLING, Thomas, *Strategy of Conflict*, London, Oxford University Press, 1960, capítulo 8.

uma agressão sem resistência, as forças convencionais compelem o adversário que coloque em causa os seus interesses nacionais a enfrentar graves riscos. Tal não se deve apenas ao facto de estas forças poderem funcionar como um “arame de tropeçar” para uma resposta automática, mas sim porque serão mais um degrau na escada de uma eventual “escalada”, dissuadindo ameaças limitadas ainda que sérias aos seus interesses nacionais.

A opção chinesa pela obtenção de uma capacidade autónoma de dissuasão nuclear foi a resposta de Pequim ao que cria serem ameaças sérias – ainda que desfasadas no tempo – por parte das duas superpotências e ao reconhecimento das suas limitações no que à dissuasão convencional (guerra popular) dizia respeito⁸. Entre uma e outra opção – ambas dispendiosas – a primeira era a que conferia uma maior garantia de segurança, uma vez que a capacidade de até as mais rudimentares armas nucleares infligirem danos catastróficos tanto sobre forças militares como sobre a sociedade do atacante, mesmo sob o espectro da rentabilização massiva de armamento defensivo de elevada tecnologia, era e é um dado adquirido⁹. Esta é uma herança que sobreviveu ao teste do tempo e que parcelarmente é passível de ser aplicada na dinâmica conflitual que opõe Pequim a Taipé, e que envolve Washington.

Existem duas díades de dissuasão no Estreito de Taiwan. Uma envolve a dissuasão dos Estados Unidos contra o emprego da força por parte da China com o propósito de concretizar uma reunificação. A outra integra a dissuasão da China a Taiwan, de forma impedir esta última de declarar a sua independência. A primeira é a mais importante, uma vez que é por intermédio desta que se procura manter a estabilidade do *status quo*, ao contrário da segunda que tem demonstrado alguns indícios de não lograr atingir os seus objectivos, visto que se tem notado uma cíclica assertividade de Taipé nas suas referências face a uma possível independência. Sob esta perspectiva, iremos focar a nossa atenção na análise da primeira díade, uma vez que um eventual fracasso desta arrastará inevitavelmente consigo a segunda. Não se deduza desta afirmação

8 Ainda que no caso da China factores como a geografia (espaço de manobra, linhas de comunicação, pontos de estrangulamento, clima, e localização dos principais centros políticos e económicos) e os recursos humanos disponíveis fossem uma vantagem, ainda que não absoluta, no emprego de uma capacidade de dissuasão convencional face a uma potencial invasão (e apenas esta).

9 Para um análise do debate entre defensores do reforço da componente de dissuasão convencional (Marechal He Long e General Luo Ruiqing) vs estratégica e nuclear (Marechal Nie Rongzhen) aquando do debate que conduziria à opção de um programa nuclear veja-se FEIGENBAUM, Evan, *China's Techno-Warriors: National Security and Strategic Competition from the Nuclear to the Information Age*, Stanford, Stanford University Press, 2003, pp. 29-31.

a conclusão de que Taiwan não detém um potencial assinalável de dissuasão ou de defesa face à China, mas a realidade é que ao praticar uma estratégia de dissuasão, Taipé pode manter uma postura de inacção, a não ser que Pequim rompa o equilíbrio. Se tal acontecer, a sua inacção trará vantagens estratégicas face às ameaças dissuasivas chinesas, uma vez que catapultará os Estados Unidos para a sua defesa apoiados numa legitimidade jurídica internacional.

Uma dissuasão efectiva exige que um Estado que pretenda manter o *status quo* tenha uma capacidade de retaliação capaz de infligir, a um outro Estado que pretenda alterá-lo, custos superiores aos benefícios que possa obter dessa mesma alteração. No entanto, esta capacidade de retaliação só é credível se o Estado conservador demonstrar a sua credibilidade e determinação, elevando o mais possível a importância dos seus interesses em jogo face ao Estado revisionista. Se o Estado conservador não lograr intencional ou inadvertidamente demonstrar a sua determinação resultante da acoplação que fizer aos seus interesses nacionais, independentemente das suas capacidades, a sua credibilidade sairá certamente beliscada. Entre estes dois extremos situa-se o dilema da dissuasão, onde a incerteza quanto às intenções, interesses e reputação do dissuasor pode condicionar a credibilidade das suas ameaças¹⁰.

O cerne da problemática gira em torno do papel das armas nucleares no emprego convencional da força. A liderança chinesa pode querer acreditar que o seu arsenal nuclear pode deter o emprego convencional da força por parte dos Estados Unidos na defesa de Taiwan, favorecendo o início de um conflito por parte de Pequim, prefigurando aquilo a que se vulgarizou academicamente designar por “paradoxo da estabilidade-instabilidade”¹¹.

Numa outra vertente, a dissuasão convencional por parte de uma potência conservadora pode falhar se o Estado mais fraco recorrer a uma estratégia assimétrica capaz de lhe infligir custos elevados. Neste contexto, a China pode crer que uma tal estratégia pode compelir os Estados Unidos a condescenderem e a não intervirem numa guerra onerosa em defesa de Taiwan. A dissuasão convencional pode ainda falhar se a estratégia militar do dissuasor não conseguir eliminar a opção do desafiante de um ataque do tipo *fait accompli* que poderá lograr materializar os objectivos limitados do atacante deixando a iniciação da guerra ou uma eventual escalada para o dissuasor. No Estreito de Taiwan,

10 Veja-se MERCER, Jonathan, *Reputation and International Politics*, Ithaca, Cornell University Press, 1996.

11 JERVIS, Robert Jervis, *The Meaning of the Nuclear Revolution: Statecraft and the Prospect of Armageddon*, Ithaca, Cornell University Press, 1989, todo o capítulo terceiro.

o falhanço de uma dissuasão convencional pode incentivar a China a iniciar uma guerra de forma a obter uma rápida resolução e capitulação política de Taipé.

Por fim, a dissuasão pode ser eficaz mas instável se qualquer um dos lados recear que o outro pode tirar benefícios de um primeiro ataque, criando pressões para uma escalada da crise e/ou uma guerra preemptiva. Surge-nos assim o “velho dilema de segurança”¹².

Esta sintomatologia estratégica é agudizada pelo facto de a China e os Estados Unidos terem interesses assimétricos no Estreito de Taiwan. Enquanto que Pequim vê a ilha como seu território, possuindo motivações nacionalistas e de segurança para a prossecução da reunificação, Washington possui sobre o Estreito interesses de segurança limitados, reduzidos à sua componente reputacional. Ou seja, os norte americanos vêm a credibilidade da sua postura face à dialéctica do Estreito como um espelho reflector dos compromissos de segurança que detêm com outros países na região¹³. A China tem igualmente um problema de credibilidade. Se Pequim não retaliar no caso de uma declaração de independência de Taiwan, os movimentos secessionistas no Tibete e em Xinjiang poderão sentir-se encorajados a incrementarem a sua resistência contra as autoridades centrais¹⁴.

Existem assim quatro crenças ou percepções que, se forem de alguma forma combinadas, poderão impelir a China a desferir um ataque militar que envolva forças americanas na região, independentemente de uma declaração de independência de Taiwan:

- (1) Se a liderança em Pequim acreditar que lhe foram retiradas todas as opções – sem uma sequer que lhe permita “salvar a face” – fazendo com que a sua contenção no recurso ao emprego da força tenha custos políticos demasiadamente onerosos para o regime;
- (2) Se o regime chinês acreditar que pode deter eficazmente uma intervenção militar americana que conduza a uma eventual retirada de Washington por receio de um enorme número de baixas;

12 CARRIÇO, Manuel Alexandre G., “Realismo, Guerra e Estratégia no Século XXI”; Revista Militar nº5, 2004, pg. 519.

13 ROSS, Robert, “The 1995-96 Taiwan Strait Confrontation: Coercion, Credibility, and the Use of Force”, International Security nº2, 2000, pg. 112.

14 YANG, Andrew Nien-Dzu, “Crisis, What Crisis? – Lessons of the 1996 Tension and the ROC View of Security in the Taiwan Strait” em Jonathan D. Pollack e Richard Yang (Eds), In China’s Shadow: Regional Perspectives on Chinese Foreign Policy and Military Development, Santa Monica, RAND, 1998, p. 144.

- (3) Se o governo chinês entender que os Estados Unidos estão demasiadamente empenhados militarmente em outras partes do planeta, não podendo por isso lidar na plenitude das suas capacidades convencionais de dissuasão com o poder militar chinês; e
- (4) Se os líderes chineses acreditarem que os Estados Unidos podem ser separados dos seus aliados regionais por intermédio de estratégias de persuasão política ou coerção militar.

Com excepção da primeira, a qual depende exclusivamente da sensibilidade política de Washington, as restantes padecem do facto de existir um acentuado diferencial de poder e de capacidades convencionais e nucleares que condenam à partida o sucesso de tais projectos por parte de Pequim, como veremos de seguida.

3. As Armas Nucleares e o Emprego da Força pela China

A China adoptou a política de “não ser a primeira a empregar armas nucleares em caso de conflito *contra Estados não nucleares*” (*No First Use*), detendo uma capacidade limitada (dissuasão limitada – *youxian weishe*) de efectuar um segundo ataque face a um ataque adversário, baseada numa tríade ar, mar e terra¹⁵. Como fez questão de enfatizar Deng Xiaoping em 1983, numa declaração directa a Moscovo “Vocês têm alguns mísseis nucleares mas nós também. Se nos quiserem destruir, então deverão estar preparados para enfrentarem uma retaliação”¹⁶.

As estimativas quanto ao número de ogivas nucleares detidas por Pequim variam entre as trezentas e as seiscentas se bem que a do International Institute of Strategic Studies (IISS) com cerca de trezentas ogivas seja a mais fiável¹⁷. Quanto aos meios de transporte e de lançamento das ogivas o cenário é bastante discrepante tecnologicamente falando. Os vectores aéreos são na melhor das hipóteses modestos, baseados em velhos bombardeiros estratégicos de fabrico soviético *Beagle* e *Badger* (designação

15 Information Office, State Council, People's Republic of China; (2000); China's National Defense 2000. <http://www.china.org.cn/english/2791.html> (a ênfase é nossa).

16 Citado em JOHNSTON, Alastair Iain, “Prospects for Chinese Nuclear Force Modernization: Limited Deterrence Versus Multilateral Arms Control”, *The China Quarterly* n°146, 1996, pg. 551. Para uma visão sobre os constrangimentos impostos pelo No First Use leia-se a página 557.

17 IISS, *The Military Balance* 2003, London, IISS, 2004.

NATO) cuja capacidade de penetração nos modernos sistemas de defesa anti-aérea é reduzida, para além de o seu raio de acção ser bastante limitado em virtude de não deterem uma capacidade eficaz de serem reabastecidos em voo. No entanto os recentes aviões Su-27 e Su-30 adquiridos à Rússia para além de deterem essa capacidade, podem ser empregues com eficácia dentro do raio de acção para combate de que dispõem (1600 quilómetros, 4000 de alcance máximo se não contarmos com o seu regresso à base).

A sua componente naval apoia-se exclusivamente no submarino de propulsão nuclear da classe Xia, que entrou ao serviço em 1986 e está armado com doze mísseis de alcance intermédio com combustível sólido. Em 1988 o submarino lançou com sucesso o míssil JL-1 a uma distância de 1500 quilómetros. Este submarino conjuntamente com os recentemente adquiridos Tipo-094 poderão vir a ser armados com o sucessor do JL-1, o JL-2 (um míssil intercontinental). A confirmar-se tal facto, este poderá determinar uma alteração significativa da doutrina estratégica chinesa pois o maior alcance do JL-2 poderá permitir à China a condução de patrulhas submarinas perto das suas bases, e sob a protecção da sua Força Aérea e Marinha. Tal permitirá que a frota de submarinos tenha uma maior capacidade de sobrevivência em caso de conflito, quiçá superior à das forças nucleares terrestres fixas localizadas em silos, o que em conjugação com a entrada ao serviço do DF-31 (móvel) garantirá à liderança política um maior leque de opções estratégicas em caso de crise¹⁸. Paralelamente a assistência técnica fornecida por Moscovo (voluntária ou involuntariamente) permitiu que Pequim conseguisse otimizar a sua técnica de extracção de trítio empregue em ogivas termonucleares. Esta técnica poderá auxiliar a China a reduzir a dimensão das suas ogivas aumentando a sua capacidade de destruição¹⁹. Concomitantemente o número limitado de ogivas nucleares no arsenal chinês não a impede de possuir uma força retaliatória suficiente, capaz de a classificar como detentora de uma capacidade de dissuasão.

No entanto, e apesar destes mais recentes desenvolvimentos, a China durante mais de trinta anos (logo após a detonação do seu primeiro engenho nuclear) nunca logrou anunciar publicamente uma doutrina nuclear coerente e articulada. O desenvolvimento da tecnologia nuclear chinesa foi potenciada fundamentalmente pela necessidade de responder a determinadas ameaças e por inerência, a visar certos alvos, não tendo por

18 <http://taiwansecurity.org/NYT/NYT-990514.htm>.

19 <http://www.Chinatimes.com.tw/english/epolitic/89011511.htm>. Mais de dois mil técnicos russos trabalham em institutos de investigação chineses em projectos de tecnologia laser, miniaturização de armas nucleares, mísseis de cruzeiro, armas sediadas no espaço, e submarinos nucleares. POMFRET, John, "Russians Help China Modernize Its Arsenal"; Washington Post, February 10, 2000. Lexis-Nexis.

base um racional de desenvolvimento assente numa doutrina associada. O discurso e a doutrina Maoísta da Guerra Popular e da Defesa Activa não permitiram um desenvolvimento e uma sedimentação doutrinária quanto mais o encaixe operativo das normas de utilização do potencial nuclear, para além de que o simples “*copy-paste*” das doutrinas então em vigor, tanto da União Soviética como dos Estados Unidos, equivaliam a um “crime de lesa-Pátria”, sendo o seu patrocinador ou proponente imediatamente apelidado de próximo dos “revisionistas” ou dos “burgueses capitalistas”²⁰.

Para alguns analistas esta foi uma intenção deliberada, uma vez que esta “ambiguidade doutrinária” permitiu lançar nos potenciais adversários dúvidas quanto à forma, ao tempo e aos alvos da retaliação chinesa em caso de esta ser atacada. Na realidade, parece que a doutrina nuclear chinesa foi um produto híbrido resultante da mistura (convincente ou não) de doutrinas como a de dissuasão mínima (*zui di*), defensiva (*fang yu*), de auto-defesa (*zi wei*), anti-dissuasão (*fan weishe*), e eclética (*zhe zhong*)²¹.

Na última década este cenário tem sido substancialmente alterado. A Força de Mísseis Estratégicos (*Zhanlue daodan budui*) ou 2ª Artilharia tem procedido a aturadas investigações académicas no âmbito da doutrina nuclear e da doutrina de dissuasão e das suas componentes e vectores operativos (sistemas de comando e controlo, sobrevivência da força a um ataque, doutrina de alvos a atingir²², e capacidades de contra-ataque²³). Deste corpo de investigação tem-se realçado o conceito da “dissuasão limitada” (*youxian weishe*) a qual surge como contraponto à dissuasão mínima²⁴ e à dissuasão máxima (aplicada pelos Estados Unidos e União Soviética na década de oitenta). Este conceito intermédio estipula que a China deve desenvolver capacidades suficientes para deter guerras convencionais, de teatro regional e estratégicas, tal como suprimir

20 As vagas afirmações de Mao Zedong sobre uma força nuclear reduzida e com capacidade mínima de deterrence acabaram por moldar todo o programa nuclear chinês. Veja-se WILSON, John e Xue Litai, *China's Strategic Sea Power: The Politics of Force Modernization in the Nuclear Age*, Stanford, Stanford University Press, 1994, pp. 232-233.

21 GOLDSTEIN, Avery, “Robust and Affordable Security: Some Lessons From the Second-Ranking Powers During the Cold War”, *Journal of Strategic Studies* nº4, 1992, pp. 42-63.

22 Os alvos referenciados têm sido os seguintes: bases de mísseis estratégicos, bases aéreas e navais, concentrações de forças, centros de comando e controlo, sistemas de alerta e vigilância, nós de comunicações e transportes, alvos industriais, e centros políticos e económicos. Ou seja um misto de poder de contra-ataque “hard e soft” e de alvos de contra-valor estratégico.

23 O que implica a obtenção de um maior número de mísseis mais pequenos, mais precisos e móveis, de mísseis de cruzeiro de ataque ao solo, armas nucleares táticas e de teatro, bem como uma melhor capacidade de penetração dos mísseis estratégicos nas defesas adversárias.

24 À luz deste conceito, a parte atacada deve ter a capacidade de lançar um contra-ataque com um pequeno número de ogivas nucleares sobre alvos de valor estratégico iguais aos atingidos no seu território.

uma eventual escalada durante uma guerra nuclear. Tal pressupõe a existência de um número suficiente de armas com capacidades operacionais passíveis de poderem responder a qualquer nível de ataque. A resposta não necessitará de ser numa base de paridade destrutiva e tecnológica mas sim adaptada por forma a exponenciar os custos de uma guerra para o adversário. A capacidade em infligir a um potencial adversário danos inadmissíveis a partir de um contra-ataque e sobre alvos estratégicos assegura a dissuasão; e caso esta falhe, assegura a capacidade de impedir a vitória deste.

Como os Estados partem naturalmente de comparações entre “custos e benefícios” (*bi deshi*) quando decidem o emprego da força, uma capacidade nuclear limitada pode atacar os “pontos estratégicos” de um adversário (*yaohai*) por forma a infligir-lhe custos suficientemente elevados que o detenham de empregar a sua capacidade nuclear superior. Sob este ponto, as forças nucleares chinesas funcionam como uma capacidade de “dissuasão contra-nuclear” (*fan he weishe*), capaz de contrabalançar a capacidade do adversário em efectuar uma “chantagem nuclear” (*he ezha*) sobre a China em resposta a um ataque convencional desta em defesa dos seus interesses. Esta capacidade nuclear pode ainda evitar uma escalada numa guerra convencional contra o território chinês, graças ao receio de uma possível retaliação nuclear de Pequim²⁵.

Se esta perspectiva for a predominante em Pequim – o que não é muito crível²⁶ – então estaremos perante um “paradoxo de estabilidade-instabilidade”. Os líderes chineses podem acreditar que como a China pode configurar um risco de escalada não intencional e de eventual mútua destruição, os Estados Unidos poderão ser dissuadidos a não interferirem num conflito convencional entre Pequim e Taipé. Resta saber se estarão igualmente convencidos de que detêm uma capacidade de dissuasão nuclear suficiente ou se as armas nucleares podem impedir um conflito convencional.

25 Departamento de Investigação Estratégica da Academia de Ciências Militares, Zhanlue Xue (Estratégia da Ciência Militar), Beijing, Junshi Kexue Chubanshe, 2001, pp. 234-235. HAISHENG, Zhu, Junshi Sixiang Gailun (Uma Introdução ao Pensamento Militar), Beijing, Guofang Daxue Chubanshe, 1999, pp. 446-467.

26 Os mísseis chineses e as ogivas nucleares chinesas estão armazenadas em locais diferentes. <http://www.the-bulletin.org/issues/1998/ma98/ma98turner.html>. O tempo necessário para os tornar operacionais dará tempo a um adversário de detectar os preparativos do Exército Popular de Libertação e da sua auto-designada “2ª Artilharia”. Adicionalmente, a maioria dos mísseis chineses são de combustível líquido requerendo uma considerável preparação antes do lançamento (cerca de duas horas e meia), o que reforça a possibilidade de um adversário, após detectar estes movimentos, lançar um ataque preemptivo sobre os locais de lançamento. Veja-se LEWIS, John Wilson e Xue Litai, China Builds the Bomb, Stanford, Stanford University Press, 1988, pp. 211-215. Cf. LEWIS, John Wilson e Hua Di, “China’s Ballistics Missile Programs: Technologies, Strategic, and Goals”, International Security n.º 2, 1992, p. 23.

A China possui cerca de vinte mísseis intercontinentais CSS-4 capazes de atingirem a costa Oeste dos Estados Unidos²⁷. Esta capacidade poderá ser tida como suficiente para os

Quadro 1 - O Potencial Nuclear Chinês em 2004

Designação NATO	CSS-2	CSS-3	CSS-4	CSS-5	CSS-6	CSS-X-7	CSS-7	CSS-8	DF-31	JL-2
Designação Chinesa	DF-3	DF-4	DF-5	JL-1	DF-15	DF-11	DF-21	DF-25	DF-31	JL-2
Alcance (em quilómetros)	2800	5500	13000	1800	600	300	1800	1700	8000	9000
Número de Mísseis*	40	20	20	15	160	n.d.	15	n.d.	n.d.	n.d.
Número de Ogivas por Missil	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Erro Central Provável (metros)	1000	1370	500	?	300	?	?	?	?	?
Peso da Ogiva (kg)	2150	2200	3200	600	500	500	600	2000	700	700
Tipo de Combustível Propulsor	Líquido	Líquido	Líquido	Sólido	Sólido	Sólido	Sólido	Sólido	Sólido	Sólido
Estado	Ao serviço	Ao serviço	Ao serviço	Ao serviço	Ao serviço	Em fase de introdução	Ao serviço	Testado	Testado	Testado

Fontes: LENNOX, Duncan (Ed), *Jane's Strategic Weapons Systems*; Couldston, Jane's Information Group, 1999. HICKEY, Dennis Van Vranken Hickey, *The Armies of East Asia: China, Taiwan, Japan & the Koreans*, Boulder, Lynne Rienner, 2001, pg. 85. National Intelligence Council, *Foreign Missile Developments and the Ballistic Missile Threat to the United States Through 2015*, 2001. International Institute of Strategic Studies, *The Military Balance 2003*, London, IISS, 2004. CORDESMAN, Anthony, *The Asian and Chinese Military Balance: A Comparative Summary of Military Expenditures; Manpower; Land, Air, Naval, and Nuclear Forces; and Arms Sales*, Washington, CSIS, 2000, p. 36.

(n.d.) - não disponível

(*) O número de mísseis é uma concatenação entre as estimativas das fontes em cima referidas.

27 Em Maio de 2001 foi concluída a construção de mais dois silos para mísseis intercontinentais (possivelmente DF-31) nas províncias de Fujian e Jiangxi. Estas construções inserem-se no projecto de modernização nuclear designado de "Projecto Longa Muralha". China Reform Monitor n°383; American Foreign Policy Council.

Estados Unidos considerarem como inaceitável uma destruição das suas principais cidades sitas nesta região em virtude de uma escalada não intencional. Pequim possui ainda mísseis de alcance intermédio CSS-2, CSS-3 e CSS-5 que podem atingir as bases militares americanas sediadas no Japão, na Coreia do Sul e em Guam²⁸. Esta perspectiva pode tornar no pior dos casos, e por exemplo, a relação de segurança bilateral entre Tóquio e Washington, refém das relações entre Washington e Pequim²⁹.

Os líderes militares chineses reconhecem que detêm uma capacidade nuclear limitada e subdesenvolvida, o que tendo em linha de conta as avançadas tecnologias empregues pelos seus possíveis adversários que permitem um elevado grau de precisão sobre alvos situados a longa distância, torna a sua capacidade retaliatória vulnerável a eventuais ataques preemptivos. Adicionalmente, e graças à magnitude dessa mesma evolução tecnológica, as armas convencionais (especialmente mísseis de cruzeiro de ataque ao solo) empregues pelos Estados Unidos permitem-lhe atingir resultados operacionais e estratégicos assinaláveis com um mínimo de baixas na população civil, algo impossível com as armas nucleares³⁰. A superioridade militar norte americana permite-lhe desligar a sua capacidade de dissuasão extensiva da sua dependência das armas nucleares. Alguns analistas chineses não têm igualmente deixado de referenciar o mais recente interesse norte americano em ogivas de “baixo coeficiente nuclear” colocadas em mísseis táticos, sugerindo que Washington encara a possibilidade de “baixar o limiar nuclear” (*jiangdi he menkuan*) de emprego de armas nucleares em futuros ataques preemptivos³¹. Se considerarmos que os Estados Unidos, ao abrigo da sua formulação da postura nuclear de 2002 colocam a China como um dos possíveis alvos de ataques preemptivos, que a possibilidade de a China recorrer ao emprego da força sobre Taiwan condiciona o planeamento nuclear americano, e que Washington pode recorrer à dissuasão nuclear para impedir um ataque convencional da China numa eventual crise no Estreito, compreendem-se claramente os condicionalismos operativos de Pequim³².

28 Pequim tem vindo a modernizar paulatinamente a sua capacidade nuclear, não obstante os custos associados à manutenção de uma tal capacidade. A inserção de novos tipos de mísseis parece confirmar a opção pela dissuasão limitada. Para uma análise dos custos financeiros relativos a esta opção leia-se JOHNSTON, Alastair Iain, Op. Cit., 1996, pg. 564.

29 National Intelligence Council, Foreign Missile Developments and the Ballistic Missile Threat Through 2015, Washington, National Intelligence Council, 2001, pp. 8-9.

30 Veja-se Department of Defense, Nuclear Posture Review, 2002. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/wmd/library/policy/dod/npr.htm>.

31 Departamento Geral de Estado-Maior do EPL, Junshi Gao Jishu Zhishi Jiaocai (Materiais de Ensino para o Conhecimento da Actual Tecnologia Militar), Beijing, Jiefangjun Chubanshe, 1997, pp. 148-149.

32 <http://www.Chinadaily.net/worldrep/2002-02-11/20220.html>.

Esta percepção de vulnerabilidade das suas forças nucleares tem levado o EPL a apoiar a sua capacidade de conduzir um ataque de retaliação nuclear (ou capacidade de efectuar um segundo ataque) na mobilidade, na dispersão e na camuflagem dos seus meios, o que se por um lado poderá contribuir para o incremento da possibilidade de sobrevivência destes meios a um ataque preemptivo, por outro, não deixa de criar uma pressão acentuada sobre a fiabilidade do sistema de comando e controlo da 2ª Artilharia³³.

Analogamente estas preocupações têm levado alguns sectores da 2ª Artilharia a enfatizarem a importância de se contemplar a doutrina do “lançamento sob aviso”³⁴. No entanto, tendo em consideração a vulnerabilidade das forças estratégicas nucleares chinesas a um ataque preemptivo e o seu deficiente sistema de vigilância e alerta, esta é uma doutrina não passível de ser empregue por dífice de tecnologia de apoio.

Mesmo assim o avançado estágio de desenvolvimento do míssil intercontinental DF-31 (móvel e com combustível sólido, cuja entrada ao serviço está prevista para o final da presente década) caso seja acoplada em permanência uma ogiva, poderá contribuir drasticamente para a redução desta vulnerabilidade, diminuindo acentuadamente os tempos de lançamento e fortalecendo a capacidade de dissuasão face aos Estados Unidos no contexto de uma crise no Estreito³⁵.

Observações tecnológicas e prospectivas à parte, a realidade concreta é que a liderança chinesa possui uma confiança mínima na possibilidade de que o seu limitado arsenal nuclear possa impedir Washington de intervir numa guerra entre si e Taipé. Para a China, a sua interpretação do “paradoxo da estabilidade-instabilidade” alicerça-se no facto de que mesmo que ambas as partes em confronto detenham uma efectiva segunda capacidade de resposta nuclear – existindo por isso o risco de uma escalada – tal não impedirá o emprego convencional da força por parte de ambas. Por outras palavras, a dissuasão nuclear não é uma estratégia *tout court*. Em situações de guerras locais, devido ao seu enorme poder destrutivo, e quando existe uma dissuasão mútua bem como o risco de uma retaliação nuclear, a “credibilidade do emprego da dissuasão nuclear é muito

33 XINYING, Ge, Mao Guanghong e Yo Bo, “Xinzi Zhan Zhong Daodan Budui Mianlin de Wenti yu Duice” (Problemas que as Unidades de Mísseis Enfrentam na Guerra da Informação e nas Respectivas Contra-medidas) em Grupo Militar de Estudos Académicos (Ed), Wo Jun Xinzi Zhan Wenti Yanjiu (Investigação sobre a Guerra de Informação Chinesa), Beijing, Imprensa da Universidade de Defesa Nacional, 1999, pp. 188-192.

34 Lançamento de mísseis mal estes sejam detectados e “avisado” o comando das forças estratégicas chinesas deste ataque inimigo.

35 Veja-se STOKES, Mark, China’s Strategic Modernization: Implications for the United States, Carlisle, Strategic Studies Institute, 1999, capítulo quarto.

baixa e o seu papel na contenção de uma guerra local muito fraco”³⁶. Pode-se pois extrapolar, por exclusão de partes, que Pequim acredita que a sua capacidade de dissuasão face aos Estados Unidos numa intervenção no Estreito depende da sua capacidade de combate convencional.

Para o General Zhang Wannian “os fundamentos para a limitação da guerra são a posse de capacidades passíveis de a vencer. Só na posse destas capacidades é que a dissuasão é eficaz”³⁷. Mais à frente o General acrescenta: “a vontade de combater e a capacidade de o fazer de forma a derrotar o inimigo sem o combater é a pedra de toque do pensamento chinês sobre dissuasão”³⁸. Esta noção de “guerra real (*shizhan*) deixa transparecer um vector fulcral deste racional: o de que a luta pela dissuasão e contra-dissuasão é uma confrontação de poder. Desta forma é necessário estabelecer uma dissuasão convencional sólida capaz de evitar a guerra, numa alusão indirecta ao “objectivo ideal” de Sun Zi de “derrotar o inimigo sem o combater”.

Esta visão enfatiza que apenas quando o dissuasor tiver objectivos políticos extremamente limitados, quando existir um desequilíbrio extremo de poder, e quando o alvo tiver uma atitude conciliatória, é possível evitar uma guerra convencional sem recorrer ao emprego concreto da força. Assim torna-se importante possuir uma postura militar e efectuar demonstrações de força capazes de sinalizarem as intenções e de estabelecerem uma clara determinação em obstar à ameaça. Esta lógica é por vezes referenciada como “demonstração de dissuasão” (*shengshi weishe* ou *zaoshi weishe*) e tem sido aplicada por Pequim na sua dialéctica com Taipei³⁹.

4. A Opção de Dissuasão Convencional Chinesa

A China não possui neste momento condições que lhe permitam impedir eficazmente uma intervenção militar americana em apoio de Taiwan⁴⁰. O “salto quântico” tecnológico

36 ZHOU, Chen, Xiandai Jubu Zhanzheng Lilun Yanjiu (Um Estudo Sobre as Modernas Teorias de Guerras Locais), Beijing, Imprensa da Universidade de Defesa Nacional, 1997, pp. 151-152.

37 WANNIAN, Zhang, Dangdai Shijie yu Zhingguo Guofang (Assuntos Militares Mundiais Contemporâneos e a Defesa Nacional Chinesa), Beijing, Zhionggong Zhongyang Dangxiao Chubanshe, 2000, p. 96.

38 Ibid.; pp. 181-182.

39 Ibid.; pp. 151-152.

40 Ainda que tal não seja aquilo que o Relatório do Congresso norte americano para o ano de 2000 relativo à questão no Estreito de Taiwan diga. Este estudo aponta para a determinação chinesa em desenvolver novas estratégias coercivas capazes de condicionar as políticas diplomáticas de Taiwan, bem como a intervenção de terceiros num eventual conflito. Veja-se <http://www.defenselink.mil/news/Jun2000/china06222000.htm>.

efectuado pelos Estados Unidos na última década do século vinte aliado a uma capacidade autónoma de projecção de poder em curtas janelas de tempo para fazer face a contingências regionais em qualquer parte do planeta, contribuiu ainda mais para a redução da dependência nuclear auferida por Washington.

A superioridade militar convencional dos Estados Unidos assenta no seu impressionante domínio das tecnologias da informação aplicadas à guerra, designada pelo anglicismo de *information warfare*, o qual iremos empregar daqui por diante. Na era da *information warfare*, a transparência (*toumingdu*) do campo de batalha tornou-se numa espécie de “cavalo de Tróia” passível não apenas de se tornar em si uma espécie de combate, mas uma componente contemporânea da dissuasão: a “*information deterrence*” (*xinxi weishe*). Por outras palavras, um dos objectivos fulcrais de um adversário tecnologicamente superior é actualmente a destruição dos sistemas de informação inimigos, imobilizando as suas capacidades de combate, e materializando um domínio da informação. Se optimizada maximalmente, na visão de alguns analistas chineses, esta capacidade poderá criar um “guarda-chuva de informação” (*xinxi san*) que pode não apenas substituir o “guarda-chuva nuclear” como até lhe pode ser superior, visto poder ser empregue para fins, em último caso, pacíficos ou num “guarda-chuva da paz” (*heping san*). A *info-deterrence* poderá ser assim aquilo que mais se aproxima da máxima de Sun Zi, de “derrotar um inimigo sem o combater”⁴¹.

A superioridade convencional americana confere-lhe credibilidade na suas intervenções em conflitos regionais e nas suas intenções de prevenir a deflagração dos mesmos. Primeiro, porque como já atrás se sublinhou, a “paridade de eficácia” do armamento convencional actual face ao armamento nuclear, permite a Washington libertar-se dos constrangimentos que detinha até à Guerra do Golfo, altura em que estes novos equipamentos demonstraram o seu potencial e desde então não deixaram de espantar o mundo militar ao serem empregues na Jugoslávia, no Afeganistão e no Iraque (tudo contingências regionais) com resultados impressionantes. “Combater pela paz” tornou-se numa das frases típicas da administração de George W. Bush, e os fins messiânicos da política externa norte americana ganharam um impulso de credibilidade ao serem agora apoiados por um poder militar capaz de dizimar o mais pequeno foco de resistência militar organizada segundo o modelo de exércitos constituídos. Infeliz-

41 BOJIANG, Chen, “Zong ‘He Wupin San’ dao ‘Xinxi San’ (Do “Guarda-Chuva Nuclear ao “Guarda-Chuva da Informação””, Guangming Ribao, 23 de Janeiro, 2001.
http://www.gmw.com.cn/0_gm/2001/01/20010123/GB/01^18674^0^GMC1-218.htm.

mente, este “canguru da superioridade político-militar transportou na sua bolsa a cria do unilateralismo”⁴².

Em segundo, mesmo que a dissuasão falhe, Washington pode alcançar os seus objectivos por uma vitória no campo de batalha, ao incrementar tanto as pressões políticas como a materializar as suas ameaças de intervenção militar (como a Guerra do Golfo e a mais recente intervenção no Afeganistão deixaram patente). Por último, se mesmo assim o adversário não ceder às pressões americanas, Washington pode recorrer ao Pentágono para a implementação de uma destruição massiva do potencial militar adversário por intermédio das suas forças convencionais, mas com os mesmos resultados do recurso a armas nucleares. Ou seja, se a dissuasão falhar, a estratégia americana passa pela introdução rápida e decisiva de forças militares, por forma a facilitar a vitória no mais curto espaço de tempo possível e nos estágios iniciais da guerra⁴³.

Os líderes chineses reconhecem que as capacidades militares americanas serão bastante eficazes no teatro do Estreito de Taiwan⁴⁴. A superioridade no domínio das tecnologias da informação, bem como ao nível aéreo-naval, permitem a Washington contornar algumas vantagens associadas ao desempenho operacional das forças militares chinesas, mais concretamente o seu enorme potencial em meios humanos e a proximidade geográfica face ao objectivo, maximizando por sua vez e em seu proveito vulnerabilidades como a localização costeira da maioria dos mais importantes alvos políticos, económicos, e militares chineses. Ilustrativamente, analistas do Colégio de Comando da Força Aérea do EPL concluíram que na última década do século vinte deu-se uma “revolução no poder aéreo ofensivo” que estabeleceu uma *décalage* de uma geração entre a sofisticação do material americano e as capacidades de defesa anti-aérea dos países que se encontram abaixo da curva de desenvolvimento tecnológico-militar, originando uma “crise na estratégia de defesa anti-aérea”⁴⁵.

42 Leia-se CARRIÇO, Manuel Alexandre G., “Realismo, Guerra e Estratégia no Século XXI”, Revista Militar nº 5, 2004, especialmente pp. 516 e 520.

43 Aqui encontramos o primeiro grande ponto de colisão doutrinária entre a China e os Estados Unidos, uma vez que ambos enfatizam a importância da vitória na primeira batalha e no mais curto espaço de tempo possível, de modo a se poderem retirar dividendo políticos.

44 ZHAOZHONG, Zhang Zhaozhong, “Meiguo Junshi Zhanlue Zhuanxiang Yatai Zhendui Shei?” (A Estratégia de Movimentação Militar Americana na Ásia-Pacífico é Direccionada Contra Quem?), Beijing Qingnian Bao, 2001. <http://www.people.com.cn/GB/junshi/192/3514/3646/20010830/547897.html>.

45 Não obstante as declarações para consumo interno do General Liu Shun Yao – o, à altura, Chefe de Estado-Maior da FAEPL – na exposição de material aeronáutico Asian Aerospace 2000, de que a modernização da sua Força Aérea permitiria à China dentro de pouco tempo vencer “guerras locais contra adversários tecnologicamente superiores”. <http://www.chinatimes.com.tw/english/epolitic/89022110.htm>. Veja-se ainda ALLEN, Kenneth, China and the Use of Force: The Role of the PLA Air Force, Washington, Center for Naval Analyses, 2003. LAMBERTH, Benjamin S., “The Technology Revolution in Air Warfare”, Survival nº1, 1997, pp. 65-83.

A China assume que, em caso de intervenção norte americana, não terá capacidade de proteger a totalidade das suas capacidades de combate aéreo, nem de proteger o seu espaço aéreo de penetrações por parte das forças americanas que deterão uma superioridade aérea local⁴⁶. Concorrentemente, a sua Marinha (ainda que grande em quantidade mas inferior em qualidade) será um alvo acessível às capacidades de identificação, seguimento e destruição de objectivos por parte da Força Aérea e Marinha americana. Devido à sua superioridade ao nível das armas de longo alcance e de elevada precisão, os Estados Unidos podem levar a cabo uma guerra permanecendo fora do alcance das armas do adversário. Ao estabelecer como prioridade a decapitação dos centros de comando e controlo do aparelho militar adversário, os Estados Unidos visam não apenas reduzir o número de baixas civis mas também encurtar a duração do conflito. O domínio e a exploração eficaz da tecnologia permite-lhe tomar a iniciativa do combate, mantendo em aberto o maior número de opções estratégicas possível, lançando o oponente na permanente dúvida de onde e quando será o próximo ataque. No entanto, Pequim detém algumas opções de resposta alicerçadas em estratégias de ataque assimétricas e/ou de “facto consumado” as quais iremos de seguida abordar⁴⁷. Se alguma vez vierem a ser materializadas, elas representarão o falhanço da actual dissuasão e a infeliz realização dos piores prognósticos associados à instabilidade do dilema de segurança.

Para que tal se concretize é necessário observarmos se se inicia primeiro ao nível do discurso um incremento das declarações conflituais de parte a parte. Os conservadores de ambos os países tenderão a formular referências passíveis de na sua perspectiva justificar o argumento de que a outra parte está a ameaçar os seus valores e interesses básicos. Em termos comportamentais, o emergir de um cenário de dilema de segurança implicará uma maior interactividade e endogeneidade nas acções de ambas as partes. Esta interactividade será mais do que simples reciprocidade. Antes poderemos verificar um processo onde aberturas cooperativas serão desvalorizadas, ou encaradas como não cooperativas, e onde movimentações confrontacionais serão reciprocadas por acções tanto conflituais como cooperativas. Adicionalmente, estas actividades de “reciprocidade malévola” tenderão a aumentar tanto de intensidade como de frequência

46 Ainda que tendo em consideração a sua dimensão geográfica e a multiplicidade de potenciais alvos passíveis de serem atingidos pela Força Aérea americana a transforme numa “esponja de mísseis de cruzeiro” capaz de exaurir o arsenal de armas norte americanas.

47 Para uma listagem exaustiva das possibilidades de emprego desta estratégias (algumas delas fantasiosas) leia-se LIANG, Qiao e Wang Xiangsui, *Unrestricted Warfare*; Beijing, PLA Literature and Publishing House, 1999.

com o tempo. Ou seja, o tempo que mediará entre uma acção e a correspondente resposta será cada vez mais reduzido à medida que ambas as partes incrementam as medidas de vigilância mútua. Actualmente existem alguns indícios que apontam para esta possibilidade no futuro, uma vez que alguns dos factores que poderão dinamizar esta escalada conflitual são relativamente fáceis de serem originados.

5. Estratégias Assimétricas ou de Acupunctura Militar, e de “Facto Consumado”

Como faz notar T.V. Paul, um dos factores que leva as potências mais fracas a enfrentarem potências mais fortes pode ser a obtenção de objectivos limitados na guerra⁴⁸. O EPL tem feito inúmeros estudos sobre os cenários de intervenção americana perante acções de bloqueio naval e de guerra anfíbia conduzidas pelas suas forças sobre Taiwan e de contra-resposta por parte da China⁴⁹. O emprego de mísseis convencionais DF-15 contra Taiwan assume o pressuposto de que os silos onde estes se encontram, bem como as instalações militares costeiras, aeroportos, aviões, estações de radar e centros C2, para além de infra-estruturas civis e militares serão alvo de ataques aéreos maciços apoiados por mísseis de cruzeiro de ataque ao solo (LACM)⁵⁰. A mobilidade e a camuflagem tornam-se desta forma factores críticos na sobrevivência das suas forças.

O reconhecimento da superioridade tecnológica americana tem impelido os analistas militares chineses a procurarem o desenvolvimento de capacidades assimétricas como meio de explorarem potenciais vulnerabilidades no sistema de informação das forças

48 PAUL, T.V. Paul, *Asymmetric Conflicts: War Initiations by Weaker Powers*, New York, Cambridge University Press, 1994, pp. 12-13.

49 Não abordaremos o cenário de um desembarque anfíbio ou de um bloqueio naval uma vez que não se inserem nos critérios aqui adoptados de estratégias assimétricas, para além do facto de a China ainda não deter os meios necessários à concretização de tais planos. Para uma análise sobre as vantagens e limitações destes dois cenários leia-se por exemplo O'HANLON, Michael, “Why China Cannot Conquer Taiwan”, *International Security* n°2, 2000, pp. 51-86 e GLOSNY, Michael A., “Strangulation from the Sea? A PRC Submarine Blockade of Taiwan”, *International Security* n°4, 2004, pp. 125-160. ROY, Denny Roy, “Tensions in the Taiwan Strait”, *Survival* n°1, 2000, pp. 76-96.

50 Pequim está envolvida por um anel de protecção anti-aérea formado pelas baterias de mísseis S-10 (equivalentes aos Patriot PAC 1) e S-300 (equivalentes aos Patriot PAC-3) adquiridos recentemente à Rússia. JIANLING, Zhu, “Daxue Xuezhe: Beijing, Shanghai, Xiangang Fangyu Zhongdian (Pequim, Xangai e Hong Kong São Pontos-Chave de Defesa)”, *Zhongguo Shibao*, August 12, 2002. <http://news.chinatimes.com/Chinatimes/newslist-content/0,3546,1105+1120020811400015,00.html>. No entanto, a coordenação destes meios em caso de ataque aéreo por mísseis parece ainda algo rudimentar, devendo demorar mais uma década até ser operada eficazmente. <http://www.taiwansecurity.org/IS-DL-twstrait-991107.htm>.

militares de Washington⁵¹. A investigação tem-se centrado na degradação das capacidades de domínio da informação e de guerra electrónica por intermédio de vírus (*shashoujian*) ou “soft destruction” (*ruan cuihui*) que logrem atacar os nódulos de comunicações e os sistemas computacionais, limitando seriamente as capacidades de comando e controlo adversárias⁵². Se o conseguirem, acreditam que poderão desestabilizar a eficácia das capacidades de localização, identificação e destruição de alvos, tornando as forças americanas “cegas e surdas”⁵³.

No entanto, estas são deambulações teóricas que até agora não têm sido contextualizadas num cenário de guerra em que o adversário desenvolve ataques directos sobre os nódulos C2 e meios aéreos e navais, sendo na melhor das hipóteses preparativos para uma guerra, não a planificação de uma. Como o General Zhang Wannian afirma “O nível geral do equipamento militar chinês é relativamente baixo, e as suas forças que empregam tecnologia sofisticada são poucas. Esta situação não se irá modificar durante um longo período. Dentro deste espaço de tempo, se a guerra acontecer, a China terá de utilizar o seu equipamento inferior para derrotar um inimigo superior tecnologicamente”⁵⁴. Analogamente, Chu Shulong, um analista do Instituto Chinês de Relações Internacionais Contemporâneas, sublinha que “Por enquanto e durante muito tempo, a China não terá qualquer interesse, necessidade, e capacidades para competir com os Estados Unidos e os seus aliados ocidentais numa confrontação directa e de luta pelo poder (*zhengmian dui kang he jiaoliang*). Mas as vantagens da geografia e a sua determinação favorecem a China se esta assumir uma postura defensiva. Se o poder estraté-

51 <http://www.taiwansecurity.org/AFP-AFP-990526.htm>.

52 Os cientistas chineses têm igualmente mostrado o seu interesse pela investigação e desenvolvimento de mísseis anti-radiação (*fan fushe daodan*), armas de impulso electromagnético (*dianci maichong wuqi*) passíveis de degradar o normal funcionamento dos radares. Os lasers (*jiguang*) e o empastelamento electrónico (*dianzi ganrao*) também têm merecido idêntica atenção. Veja-se STOKES, Mark, Op. Cit., 1999, capítulo terceiro. Em Agosto de 1999 e em retaliação pelo abandono por parte de Lee Teng-hui da política de “Uma China”, os websites do governo e de muitas instituições e empresas de Taiwan foram sabotados informaticamente. Os hackers (*hei ke*) deixaram mensagens de apoio a Pequim, sem no entanto causarem grandes danos aos sistemas afectados. Ainda que não oficialmente reconhecido, tais ataques deram alento à prossecução de investigações adicionais, ainda que entre um ataque cibernético ao sistema informático do governo de Taipé e por exemplo ao centro nevrálgico do sistema informático do Pentágono não possa ser efectuada qualquer tipo de justaposição e de inferência de capacidade efectiva por parte da China.

53 Ainda que temporariamente, uma vez que os sistemas informáticos de segurança militar americana possuem uma capacidade autónoma de regeneração mesmo após os mais graves ataques cibernéticos. GROVE, Gregory D., Seymour E. Goodman e Stephen J. Lukasik, “Cyber-attacks and International Law”, *Survival* nº3, 2000, pp. 89-103.

54 WANNIAN, Zhang, Op. Cit., 2000, p. 98 (ênfase no original).

gico chinês (*zhanlue liliang*) conjugado com um moderno poder convencional militar (*xianjin chaggui wuqi*) atingir um décimo de o do inimigo, então poderemos conter (*ezhi*) eficazmente uma intervenção armada deste”⁵⁵.

Ainda que os processos de investigação destas tecnologias assimétricas tenham sido lançados, os obstáculos a ultrapassar são enormes, uma vez que requerem um colossal financiamento e a disponibilidade de tecnologia sofisticada de base que paradoxalmente a China procura obter. Em resumo, Pequim terá de desenvolver tecnologia que lhe permita desenvolver tecnologia capaz de implementar estas estratégias assimétricas. Actualmente, mísseis de longo alcance com capacidade para identificarem e destruírem alvos navais em movimento, bem como armas anti-satélites sediadas no espaço ou em terra (*hard destruction* ou *ying cuihui*) não estão ao alcance da China. Mesmo que o EPL vá aumentando as suas capacidades assimétricas, do outro lado a evolução não será menor - antes pelo contrário. Como refere Thomas J. Christensen, é duvidoso que a China esteja a reduzir o desequilíbrio que existe ao nível da *information warfare* face aos Estados Unidos, ainda que as suas actividades não deixem de causar alguns problemas⁵⁶.

Um desses problemas poderá ser o resultante da opção de infligir custos elevados à acção do adversário, forçando-o a retirar do teatro de operações⁵⁷. Nesta perspectiva,

55 SHULONG, Chu, “Zhongguo de Guojia Liyi, Guojia Liliang, he Guojia Zhanlue” (Interesses Nacionais, Poder Nacional, e Estratégia Nacional da China), *Zhanlue yu Guanli* n°4, 1999, pp. 17-18.

56 CHRISTENSEN, Thomas J., “Posing Problems Without Catching Up: China’s Rise and Challenges for U.S. Security Policy”, *International Security* n° 4, 2001, pp. 5-40. Neste artigo o autor efectua uma análise das possibilidades militares chinesas no desenvolvimento e aplicação de estratégias assimétricas tendo como base o livro da doutrina de campanha adoptado pela Universidade de Defesa Nacional, o qual sendo de circulação exclusiva a militares indicia que seja um dos mais importantes manuais a ser estudado nesta instituição de formação avançada. O livro intitula-se genericamente *Zhanyi Xue*, é da autoria de Wang e Zhang e insere-se numa série designada *Guojiaji zhongdian jiaocai* (Educação Nacional Sobre Tópicos-Chave). Veja-se pg. 24, nota de rodapé n°40 do artigo.

57 Esta atenção prende-se com a aplicação de uma componente psicológica inerente a todo e qualquer uso da força por parte da China: a degradação da determinação e da vontade de combater (*dou zhi*) por parte do adversário ou a sua convicção psicológica (*xinnian xinli*) de forma a reduzir a sua capacidade de combate (*zhandouli*). Taiwan é considerada pela China como uma “soft society” sendo particularmente vulnerável a esta pressão uma vez que possui um sistema de defesa civil fraco, as suas reservas estratégicas haviam sido reduzidas de 120 para 18 dias em 1998 por pressão de grupos ecologistas que protestavam contra a política do governo em manter ancorados ao longo da costa de Taiwan numerosos petroleiros destinados a manterem tal reserva, para além do facto de em 1995 só 33% dos inquiridos estarem dispostos a defender a ilha em caso de ataque chinês. ROY, Denny, Op. Cit., 2001, pg. 88. No entanto, numa sondagem realizada pelo jornal *Taiwan News* entre 8 e 10 de Julho de 2002, 75% dos inquiridos responderam que defenderiam a ilha em caso de ataque da China e 59% acreditam que os Estados Unidos viriam em seu auxílio. *Taiwan News*, “Poll Shows 75% of Taiwan People Will Defend Nation”, July 14, 2002.

a atenção de muitos analistas chineses tem-se centrado sobre ataques a porta-aviões e respectivos navios de escolta através do emprego de submarinos ou dos novos destróieres da classe Sovremenny, ao abrigo da máxima de que “a ofensiva é dominante” (*jingong zhan you zhudao di wei*).

As mais recentes ordens de aquisição adicional de submarinos russos da classe Kilo feitos por Pequim (mais oito a serem entregues até 2007) parecem indicar uma intenção em aumentar a sua capacidade de atacar vasos de guerra americanos que sejam enviados para a área em caso de conflito, bem como a vontade em fortalecer uma capacidade de interdição naval ao teatro de Taiwan⁵⁸. Mas para além de conseguir operacionalizar eficazmente esta vertente, o objectivo de interdição só poderá ser materializado se a componente aérea e de superfície forem igualmente eficazes⁵⁹. A capacidade de luta anti-submarina norte americana, ainda que com algumas debilidades, é suficientemente forte e dissuasora para obstar a uma eventual estratégia de impedimento de uma intervenção militar de Washington por destruição de um dos seus porta-aviões⁶⁰. Reforçadamente, à medida que o Pentágono vai substituindo as suas esquadras de submarinos Trident por submarinos de propulsão nuclear lança mísseis, enviando-os consoante as necessidades para o teatro do Leste asiático, potenciará uma maior ampliação das capacidades de protecção dos grupos de combate bem como de aumento da capaci-

58 Veja-se O'HANLON, Michael, “Why China Cannot Conquer Taiwan”, *International Security* nº2, 2000, pp. 75-78. Para uma análise convincente sobre as limitações de um bloqueio naval chinês a Taiwan tendo por base a sua frota de submarinos veja-se GLOSNY, Michael A., “Strangulation from the Sea? A PRC Submarine Blockade of Taiwan”, *International Security* nº4, 2004, pp. 125-160. Para uma análise das potencialidades da frota de submarinos chineses veja-se GOLSTEIN, Lyle e William Murray, “Undersea Dragons: China's Maturing Submarine Force”, *International Security* nº4, 2004, pp. 161-196. Cf. GOLSTEIN, Avery Goldstein, “Great Expectations: Interpreting China's Arrival”, *International Security* nº3, 1997, p. 48. RUSSELL, Richard L., “What if... China Attacks Taiwan!”, *Parameters* nº3, 2001, pp. 76-91.

59 Para uma visão sobre os problemas de manutenção e operação dos submarinos Kilo que têm sido experimentados pela Marinha chinesa veja-se GLOSNY, Michael A., *Op. Cit.*, 2004, pp. 131-133.

60 Ainda que se reconheça que a pouca profundidade das águas no Estreito de Taiwan (não mais de 200 metros – o que não acontece no Leste da ilha) dificulte a luta anti-submarina, uma vez que potencia a propagação desfavorável do som o que limita a detecção por sonar de submarinos e de minas. O elevado ruído existente em águas pouco profundas aumenta também as possibilidades de falsos contactos, especialmente se a busca se basear num sonar passivo. Veja-se SHLAPAK, David A., David T. Orlefsky e Barry A. Wilson, *Dire Strait? Military Aspects of the China-Taiwan Confrontation and Options for U.S. Policy*, Santa Monica, RAND, 2000, pg. 22. FRIEDMAN, Norman Friedman, “Littoral Anti-Submarine Warfare – Not as Easy as It Sounds”, *International Defense Review*, June, 1995, pp. 53-57. Frank Borik afirma que os submarinos chineses poderão aproveitar as diferenças termiais das correntes do Estreito para se dissimularem, manobrando entre os recifes e as rochas para iludirem a sua assinatura acústica. BORIK, Frank C., “Sun Tzu and the Art of Submarine Warfare” em Mary Sommerville (Ed), *Essays on Strategy XIII*; Washington, National Defense University Press, 1996, p. 16.

dade de dissuasão americana, reduzindo as ambições chinesas de poder concretizar uma capacidade de interdição naval em torno de Taiwan⁶¹.

Quanto ao emprego dos mais modernos destroiers da classe *Sovremenny* equipados com os avançados mísseis SS-N-22 *Moskit* (*Sunburn* na designação NATO) e que a China adquiriu à Rússia, estes não têm capacidade de ameaçarem um grupo de combate com um porta-aviões visto que a Marinha chinesa não detém capacidades de reconhecimento necessários ao direccionamento correcto do *Moskit*, o que aliado ao curto alcance prático que possui, o coloca fora do emprego contra porta-aviões americanos⁶². Mesmo que a China adquira o míssil *Yakhont*, o seu alcance aumentará para mais 62 milhas náuticas, ainda insuficiente para que os destroiers que o lancem não fiquem dentro do raio de acção do guarda-chuva protector que envolve um porta-aviões americano⁶³.

No plano das estratégias de *fait accompli* (facto consumado) estas podem consubstanciar um falhanço da dissuasão desde que os líderes chineses acreditem que o emprego rápido e decisivo da força militar pode desestabilizar Taiwan, compelindo as autoridades de Taipé a aceitarem a soberania chinesa antes de uma eventual intervenção norte americana. Tais estratégias passam por:

- (1) O emprego maciço de mísseis balísticos convencionais numa barragem de curta duração capaz de conferir a iniciativa do combate (*zhanyi zhudongquan*), reforçada por assaltos aéreos capazes de, em sintonia, criarem uma pressão política e psicológica (*dongyao qi zhanzheng yizhi*) e um caos económico passíveis de fazerem soçobrar a determinação e a vontade de resistência de Taiwan, acelerando o progresso da batalha (*jiasu zhanyi jincheng*);
- (2) Pela conquista das ilhas de Xiamen e/ou Mazu; e

61 Leia-se COTÉ, Owen R., *The Future of the Trident Force: Enabling Access in Access-Constrained Environments*, Cambridge, MIT Press, 2002.

62 No entanto, a Marinha chinesa poderia optar por lançar esses ataques a partir das suas águas territoriais, o que numa fase inicial do conflito dificultaria as acções de defesa dos navios americanos, uma vez que os respectivos comandantes teriam de ter uma autorização política expressa que validasse um ataque a território chinês, ainda que em auto-defesa.

63 Veja-se COLE, Bernard D., *The Great Wall at Sea: China's Navy Enters the Twenty-First Century*, Annapolis, Naval Institute Press, 2001, pp. 98-99 e ALLEN, Kenneth W., "PLA Air Force Operations and Modernization" em Susan M Puska (Ed), *People's Liberation Army After Next*, Carlisle, Strategic Studies Institute, 2001, pp. 189-254. Para uma visão optimista das possibilidades chinesas veja-se as declarações do Major General Guo Xilin, Director da Academia de Radares da Força Aérea do Exército Popular de Libertação em China Reform Monitor n°383, American Foreign Policy Council, 2001.

- (3) Pela detonação de um engenho nuclear na atmosfera a Leste de Taiwan para incapacitar o sistema de comunicações sem destruir infra-estruturas e a população. Segundo este racional, se a República da China soçobrar perante tais ataques, abdicando eventualmente da sua independência, os Estados Unidos poderiam ter de ponderar seriamente a necessidade e a obrigatoriedade de uma intervenção. Se optassem por uma não intervenção, os seus interesses não seriam directamente afectados, mas a sua credibilidade sim.

No entanto, todas elas apresentam fortes condicionantes, a saber:

- (a) A presença militar avançada dos Estados Unidos no Nordeste asiático bem como as suas capacidades ao nível das informações tendem a minimizar as possibilidades de êxito de tal empreendimento. Com cerca de setenta e dois aviões F-15 sediados na base japonesa de Kadena, as forças americanas não teriam uma grande dificuldade em assegurar a superioridade aérea sobre o Estreito em conjugação com a Força Aérea de Taiwan, mesmo perante uma força opositora com Su-27 e Su-30⁶⁴.
- (b) O apoio logístico que o Japão poderia conferir às forças americanas seria uma forte possibilidade ao abrigo das *Defense Guidelines* acordadas em 1997 entre Tóquio e Washington e que prevêem a possibilidade de o acordo de segurança abranger “áreas na periferia do Japão” cuja decisão de intervenção se baseará em critérios de natureza “situacional” que não “geográfica”, o que Pequim tem interpretado como incluindo Taiwan⁶⁵.

64 A qual seria reforçada pela presença de, pelo menos, mais dois grupos de porta-aviões com respectivos meios aéreos. Desde 1996 que os Estados Unidos conduzem exercícios navais anuais com, pelo menos, um porta-aviões no Leste da Ásia. Washington assinou acordos de acesso naval a Singapura e às Filipinas que potenciam ainda mais esta presença aero-naval avançada. Mesmo que Pequim optasse por um ataque com mísseis balísticos sobre as bases militares americanas no Japão, tal decisão ainda que condicionasse temporariamente as operações militares americanas, só serviria para arrastar Tóquio directamente para o conflito, uma vez que seria um ataque a território japonês que passaria a justificar a sua intervenção militar, independentemente do Artigo 9 da sua Constituição que proíbe o envio de forças militares para o exterior em missões de combate excepto em caso de ataque a território nacional. You Ji; (1999); Op. Cit.; p. 204.

65 Veja-se e confronte-se GREEN, Michael Jonathan, “Managing Chinese Power: The View from Japan” em Alastair Iain Johnston e Robert Ross, *Engaging China: The Management of an Emerging Power*; London Routledge, 1999, pp. 152-175. CHRISTENSEN, Thomas J., “China, the U.S.-Japan Alliance, and the Security Dilemma in East Asia”, *International Security* nº4, 1999, pp. 49-80. GARRETT, Banning e Bonnie Glaser, “Chinese Apprehensions about Revitalization of the U.S. - Japan Alliance”, *Asian Survey* nº4, 1997, pp. 383-402.

- (c) Mesmo com o sucesso limitado de um tal ataque, uma parte apreciável das forças americanas seria transferida da Europa para a Ásia, isto sem contar com os meios que se encontram na península coreana⁶⁶.
- (d) As sofisticadas capacidades de vigilância por satélite detidas pelos Estados Unidos poderão detectar atempadamente os preparativos chineses com vista a esta tipologia de emprego da força. Só se Pequim baseasse o seu ataque exclusivamente nos mísseis balísticos é que poderia apanhar os Estados Unidos e Taiwan de surpresa, mas não lograria obter o mesmo impacto destrutivo e psicológico resultante de uma sua conjugação com meios aéreos.
- (e) Mesmo a opção por ataques exclusivamente balísticos apresenta limitações. Mesmo que no final da década a China venha a possuir na província de Fujian mais de 500 mísseis DF-15 (actualmente deverá ter cerca de 160 nas regiões de Xienyu, Pingtan e Lienchen estimando-se que adicione 50 todos os anos)⁶⁷ tal não lhe conferirá automaticamente uma capacidade coerciva eficaz e imediata⁶⁸. Nas guerras do Kosovo e do Afeganistão os Estados Unidos lançaram mais de 22 mil bombas das quais cerca de metade eram de precisão⁶⁹. Em ambos os casos, os ataques não lograram causar uma destruição suficientemente grande capaz de coagir o adversário a uma rendição imediata. Os mísseis que a China pode empregar sobre Taiwan são de menor qualidade do que os empregues pelos americanos apresentando um erro circular central de cerca de 300 metros, o que não confere uma grande precisão se se pretender destruir centros de comando e controlo, pistas de aviação, e instalações de radar, mesmo que estes não estejam devidamente fortificados (o que não é o caso).

66 Desde Setembro de 2002 que os Estados Unidos passaram a sediar permanentemente na base naval de Guam um submarino nuclear lança-mísseis da classe Los Angeles.
http://www.news.navy-mil/search/display.asp?story_id=3599.

67 GERTZ, Bill, "Admiral Says Taiwan Invasion Would Fail", Washington Times, March 8, 2000. Cf. GOLDSTEIN, Avery, "Great Expectations: Interpreting China's Arrival", International Security n°3, 1997, p. 49.

68 O baixo custo de um míssil DF-15 se comparado com o de uma bateria de Patriot PAC-3 confere a Pequim a possibilidade de se envolver numa corrida ao armamento em vez de permitir que as defesas balísticas americanas degradem a sua capacidade de dissuasão. Esta particularidade pode justificar o recente menor interesse demonstrado por Taipé na aquisição adicional de Patriot PAC-3. Veja-se MULVENON, James, Missile Defenses and the Taiwan Strait Scenario, Report n°44, Washington, Henry L. Stimson Center, 2002.

69 O'HANLON, Michael, "A Flawed Masterpiece", Foreign Affairs n°3, 2002, pg. 52. Na guerra do Iraque foram empregues mais de 20 mil bombas com cerca de 14 mil a serem de precisão. THOMAS, Evan e Martha Brant, "The Secret War", Newsweek April 21, 2003, pp. 25.

- (f) Um ataque nuclear e/ou convencional a Xiamen e/ou Mazu não é viável. O primeiro porque desencadeará uma resposta imediata por parte dos Estados Unidos para a qual a China não tem capacidade de contra-balançar, ao mesmo tempo que deitará por terra todos os princípios políticos e estratégicos que Pequim procurou cultivar desde a proclamação da República Popular da China em 1949: a coexistência pacífica e o não emprego, em primeiro lugar, das armas nucleares de que dispõe. A censura e as sanções internacionais serão demasiadamente grandes para as poucas vantagens que um hipotético ataque nuclear possa trazer. Na componente convencional as perspectivas não são melhores. Xiamen é defendida por mais de 40 mil tropas e Mazu por cerca de 25 mil, as quais possuem reservas alimentares e de munições suficientes para um ano, encontrando-se entrincheiradas em posições extremamente fortificadas ligadas por túneis e abrigos subterrâneos e com pontos fortes que têm vindo a ser constantemente melhorados nos últimos cinquenta anos. Ainda que visando uma demonstração de força por parte de Pequim, as baixas que desta resultarão serão demasiado elevadas e só servirão para minar a prossecução do objectivo fulcral que é a rendição de Taipé⁷⁰.

Assim as estratégias de “facto consumado” ainda que arvorando um potencial de destruição assinalável prefigurando a opção mais credível para a China de emprego da força caso falhe a dissuasão e Taiwan declare a independência, ela não materializa um instrumento fiável de guerra coerciva. Os custos de uma tal estratégia são demasiadamente elevados que não justificam o seu emprego na alteração do *status quo*.

Em resumo, as estratégias assimétricas ao dispor da China não eliminam o problema fulcral da dissuasão no Estreito de Taiwan: os Estados Unidos continuarão a manter uma capacidade de combate superior, mesmo após sofrer alguns ataques de efeitos mais ou menos graves por parte do EPL.

6. Ruminações sobre a Dupla Dissuasão e a “Ambiguidade Estratégica” Norte Americana

A ambiguidade estratégica é “a política de dupla dissuasão” com vista à preservação da estabilidade e da segurança no Estreito de Taiwan, sendo um processo de gestão

70 KLINTWORTH, Gary, “Chinese Modernization and the Security of Taiwan” em Jonathan D. Pollack e Richard Yang (Eds), In *China’s Shadow: Regional Perspectives on Chinese Foreign Policy and Military Development*, Santa Monica, RAND, 1998, p. 156.

de equilíbrio tão efectivo quanto delicado, que não está isento da interferência do “dilema de dissuasão” como o demonstrou a crise de 1995-1996 cuja origem teve por base dinâmicas políticas internas tanto a Taiwan como à China e para as quais os Estados Unidos não estavam inicialmente preparados ou preferiram – ainda que inadvertidamente – subalternizá-las⁷¹.

A natureza da ambiguidade estratégica da política norte americana no que concerne à questão de Taiwan tem-se modificado ao longo do tempo, mas a necessidade da sua preservação não. A ambiguidade estratégica tornou-se numa política sob a égide do Presidente Eisenhower na década de cinquenta, e tem perdurado porque, não obstante os seus riscos, tem demonstrado ser a aproximação mais sensata e segura. Mas as condições necessárias à ambiguidade não se mantiveram constantes. Eisenhower recusou-se a divulgar abertamente quais os acontecimentos que poderiam potenciar uma retaliação americana contra a China comunista. Na altura, os conservadores americanos defendiam uma política de clareza na esperança “ingénua” de que o Partido Nacionalista (ou *Kuomintang*) pudesse reconquistar a China continental, como constava dos desígnios políticos do seu líder Chiang Kaishek. Por duas vezes, Mao Zedong desafiou esta política ao bombardear as ilhas de Xiamen e Mazu (1954 e 1958) sem que lograsse fazer com que as forças nacionalistas retirassem das mesmas. Em último caso, foi Eisenhower quem, fruto da pressão política e militar sobre Pequim ajudou a evitar a guerra. Os três Comunicados Conjuntos Sino-Americanos e o *Taiwan Relations Act* exarados nas décadas de setenta e oitenta são a base legalista posterior que sustenta a continuidade da política de ambiguidade estratégica⁷².

Hoje, alguns críticos argumentam que esta ambiguidade contribui mais para minar do que para assegurar a paz regional. Para estes, a ambiguidade convida a acções precipitadas e que só princípios firmes poderão fortalecer uma dissuasão. A justificação perfeitamente realista revolve em torno da noção de que a dinâmica da situação no Estreito é o resultado primário da interacção entre Pequim e Taipé na forma como ambas contemplam um eventual processo de reunificação, não sendo determinada pela política de Washington, ainda que esta detenha um papel de certa forma interventivo. Esta é uma

71 BENSON, Brett V. e Emerson M. S. Niou, “Comprehending Strategic Ambiguity: US Policy Toward Taiwan Security” em <http://taiwansecurity.org/IS/IS-Niou-0400.htm>.

72 Para uma visão do texto dos “três comunicados” sino-americanos de 1972, 1979, e 1982 consulte-se respectivamente <http://ait.org.tw/shangai.html>; <http://ait.org.tw/prc.html>; <http://ait.org.tw/817.html>. Para uma leitura completa do texto do TRA veja-se <http://ait.org.tw/ait/tra.html>.

política de manutenção do *status quo*, e não de resolução da questão de Taiwan sob qualquer que seja o ponto de vista (reunificação ou independência).

Em 1998, Joseph Nye sugeriu a adopção de uma política de “claridade estratégica e ambiguidade táctica” que na prática passava por uma combinação de declarações firmes contra a independência de Taiwan e o emprego da força por parte de Pequim combinadas com uma ambiguidade quanto à actuação norte americana em caso de deflagração de um conflito militar⁷³. Por sua vez Kenneth Lieberthal defendeu um plano no qual em troca da aceitação por parte de Taipé de um adiamento de uma eventual intenção em declarar a independência por um período de cinquenta anos, Pequim renunciaria ao recurso à força no Estreito permitindo o lançamento de um diálogo, entre as partes, mais desanuviado⁷⁴. Uma outra vertente defende a adopção de uma estratégia de “apoio não provocado” ou de “empenhamento ambíguo”. Ao abrigo desta formulação se Taiwan fosse atacada pela China sem motivo aparente, os Estados Unidos interviriam em seu apoio. Se a intervenção chinesa fosse o resultado de uma provocação de Taipé (por exemplo uma declaração de independência), Washington abster-se-ia de tal intervenção⁷⁵. Por último existe ainda uma outra linha de actuação, a qual preceitua o não apoio militar directo americano em quaisquer circunstâncias, enfatizando que o mesmo se deve cingir apenas ao fornecimento de armas necessárias à defesa autónoma da ilha⁷⁶.

Por mais irrealistas que sejam as expectativas de que uma República da China com um regime democrático viesse a aceitar tais propostas, ou que a insegura liderança chinesa aceitasse um acordo que a vulnerabilizaria aos olhos da população e entraria em contradição com um dos pilares de sustentação do regime (o nacionalismo), a lógica de tais propostas deixa transparecer uma insatisfação com a fluidez e os perigos da situação sobre o Estreito de Taiwan.

73 NYE, Joseph S., “A Taiwan Deal”, Washington Post, 8 March, 1998, pg. C7; Lexis-Nexis. Cf. FREEMAN, Chas W., “Preventing War in the Taiwan Strait”, Foreign Affairs nº4, 1998, pp. 6-11.

74 ERLANGER, Steven, “Clinton in China: Taiwan as the Chinese See It, Taiwan Remains Most Important Issue”, New York Times, June 26, 1998, pg. A9; Lexis-Nexis. Kenneth Lieberthal defende que Taiwan nunca obterá uma verdadeira e duradoura segurança sem que negocie o estabelecimento de uma relação formal com a China. Entrevista com o autor em 5 de Julho de 2001 no Centro Científico e Cultural de Macau aquando da conferência do Instituto do Oriente intitulada “Elites e Reformas Políticas na República Popular da China”.

75 HARDING, Harry entrevista com o autor no ISCSP em 9 de Julho de 2002, aquando do seminário realizado pelo Instituto do Oriente “China’s External Relations”. Para o professor da Universidade de Georgetown a única resolução pacífica do conflito é através da reunificação.

76 CARPENTER, Ted Gallen, “Let Taiwan Defend Itself”, Cato Policy Analysis nº313, Washington, Cato Institute, 1998.

A continuidade da actual política gera um dilema situacional caracterizado por opções não satisfatórias. Os Estados Unidos não podem abdicar da sua política de dissuasão por forma a assegurarem a paz no Estreito. Sem esta dissuasão, a situação poderia descambar para fora do controlo de Washington arrastando-a para um conflito entre a China e Taiwan. Mas a manutenção da actual política não impede também um eventual envolvimento dos Estados Unidos. A dissuasão de Taiwan pode conferir a Pequim uma maior confiança na prossecução de uma linha de actuação mais conservadora, o que obrigará os Estados Unidos a ripostar como um nivelamento de dissuasão relativo a Pequim, por forma a moderar tal postura mais conflitual. Este é assim um ciclo de escalada. Cada acção de dissuasão destinada a uma das partes tem de ser contrabalançada com uma acção de aproximação à outra, o que incentivará esta última a ser mais assertiva, obrigando os Estados Unidos a curto prazo a tomarem medidas de dissuasão face às acções desta última parte. Hipoteticamente esta espiral em vez de preservar uma estabilidade tenderá a originar uma escalada, exactamente o oposto daquilo para a qual foi formulada. Como referem Andrew Nathan e Robert Ross, “a política americana de ambiguidade estratégica poderá descambar num fracasso caso a China e Taiwan sejam atraídas para uma crise”⁷⁷.

Não obstante o peso argumentativo da opção pelo término da “ambiguidade estratégica” que atrás foi analisado, a realidade é que a palavra ambiguidade nunca passou exactamente disso: uma palavra. Desde a sua criação que ela passou por fases de menor ambiguidade. Nos anos cinquenta ninguém duvidava da determinação americana em salvar Chiang tanto de um ataque comunista como da sua retórica incendiária e projectos de reconquista militar. Em 1996, o envio de dois grupos de porta-aviões demonstrou a ancoragem de Washington no respeito ao preceituado no apoio a Taiwan em caso de ameaça de uso da força por parte da China. Esta é uma política que não será alterada no futuro, uma vez que a “messiânica grande visão democrática do mundo” por parte de Washington, seja qual for a administração em vigor, não deixará de ir em apoio de uma democracia que ajudou a nascer e a criar (desde que esta não assuma acções contrárias à estabilidade regional). Mesmo assim os parâmetros do envolvimento americano numa eventual crise serão necessariamente incertos porque só a ambiguidade é o vector capaz de assegurar uma política prudente, conferindo um maior número de opções de actuação e por isso de iniciativa e liberdade de acção estratégica.

77 NATHAN, Andrew e Robert Ross, *The Great Wall and the Empty Fortress: China's Search for Security*, New York, W. W. Norton, 1997, p. 211.

Como explicou o ex-Secretário de Estado norte americano, James Baker, “Se nós dissermos que iremos em defesa de Taiwan em quaisquer circunstâncias, ela declarará a independência e a China reagirá militarmente – disto não tenho dúvidas. Se dissermos que não intervimos, a China atacará Taiwan. Por isso não devemos em quaisquer circunstâncias tornar claro quais as nossas verdadeiras intenções, mas sim que veremos com grande preocupação a utilização da força. A política de ambiguidade estratégica é a mais correcta”⁷⁸.

Deduz-se que, como advogam os defensores do final da política de ambiguidade, se os Estados Unidos clarificarem a sua acção, dizendo que não defenderão Taiwan, os líderes em Pequim poderão sentir-se incentivados a assumirem uma actuação mais confrontacional. Tal será ainda mais provável caso as reformas económicas comecem a perder ímpeto e a originarem problemas sociais graves. Historicamente, os governos têm recorrido a aventureirismos externos como meio de desviar a atenção da população para problemas internos. Perante uma contestação da liderança do Partido, os líderes chineses tenderão a rentabilizar politicamente o trunfo nacionalista que constitui a questão de Taiwan. Por outro lado, a mesma declaração potenciaria os radicais nacionalistas de Taiwan a fomentarem uma crise que visaria a declaração da independência de facto, sabendo que estavam sob a protecção norte americana. Desta forma conclui-se que a ambiguidade fornece segurança. Mas talvez a maior justificação para esta ambiguidade estratégica esteja no facto de que em caso de conflito, o próprio governo americano não estará certo quanto à forma de agir e quanto às pressões que o Congresso e a população americana sobre ele irão exercer em resultado do mesmo. A ambiguidade evita uma gestão “em piloto automático” de uma eventual crise uma vez que as regras de empenhamento não estarão pré-definidas com tudo o que de desvantajoso isso acarreta para um governo onde se concatenam os mais diversos interesses (políticos, económicos, mediáticos, etc.).

Como ficou demonstrado anteriormente, muitas recomendações têm sido feitas no que concerne à linha de conduta a seguir pelos Estados Unidos na sua gestão desta relação triangular, as quais variam entre um abandono da actual ambiguidade estratégica e terminam na preservação da mesma. Independentemente das desvantagens e méritos da actual estratégia de “ambiguidade” a verdade é que os segundos compensam largamente os primeiros, uma vez que só a continuidade desta postura permite aos Estados Unidos continuarem a exercer eficazmente uma política de dissuasão

78 “Baker Supports US Policy of Strategic Ambiguity on Taiwan”, The Straits Times, April 19, 1996, Lexis-Nexis.

sobre Pequim e de contenção sobre Taipé. Claramente a paz e a guerra dependem não de Washington mas dos governos dos dois lados do Estreito. A forma como os norte americanos lidarem com esta problemática (passiva ou agressivamente) depende das pontes de diálogo que sejam lançadas entre a República Popular da China e a República da China. No entanto, Washington deve manter em permanência uma sólida e coerente linha de conduta assente nos seguintes princípios normativos:

- (1) Os Estados Unidos não devem assumir a unificação como o resultado final desejado da confrontação entre a China e Taiwan. Os “três comunicados” não obrigam Washington a tal, e as modificações democráticas em Taiwan podem redundar num tal desiderato.
- (2) Alternativamente, os Estados Unidos devem manter a preservação da paz como seu objectivo central, quer esta contemple a reunificação, a manutenção do *status quo*, ou a independência de Taiwan.
- (3) A ambiguidade estratégica permite aos Estados Unidos esconder as possíveis actuações de Washington, sendo por isso mais segura e sensata, bem como mais realista, do que tentativas ingénuas de clarificação política. Simultaneamente uma credível dissuasão militar americana deve ser mantida na região, reforçada pelas alianças regionais com o Japão e a Coreia do Sul.
- (4) Os Estados Unidos não devem mediar ou assumir posições de defesa de qualquer um dos lados. Devem resistir às tentações de melhorar as relações com a China em detrimento das que possui com Taiwan.
- (5) Washington deve continuar a exercer pressão sobre Pequim e Taipé, advertindo a primeira contra o eventual emprego da força, e a segunda contra iniciativas irresponsáveis. É importante – ainda que difícil – que as lutas políticas internas não ultrapassem o litoral de ambos os países.
- (6) Similarmente, o Congresso norte americano deve suspender a sua tendência para transformar a política sobre a China numa disputa interna entre os dois Partidos, evitando consequências nefastas como as originadas pela sua decisão de conferir um visto de visita a Lee Teng-hui em 1995⁷⁹.

79 Antecessor de Chen Shu-bian como Presidente da República da China (Taiwan).

- (7) Deverá existir um processo de envolvimento alargado entre a China e Taiwan por parte dos Estados Unidos. Transparência e medidas criadoras de confiança devem ser implementadas e incentivadas ao nível militar (os intercâmbios militares entre os EUA, a China e Taiwan, bem como a divulgação de Livros Brancos da Defesa são passos recentemente efectuados e que materializam boas iniciativas).
- (8) Independentemente da necessidade de manter boas relações com Pequim, Washington não deve abdicar de continuar a vender armamento necessário à modernização militar de Taiwan, de acordo com o *Taiwan Relations Act* e por forma a manter um equilíbrio estratégico convencional no Estreito e uma designada “ambiguidade consciente”⁸⁰.
- (9) O envolvimento e o diálogo com ambas as partes não deve ser visto apenas sob a perspectiva económica, mas também como uma prioridade estratégica norte-americana, não devendo ser encarado como “um jogo de soma zero”⁸¹.

Os Estados Unidos devem continuar a encorajar o diálogo entre Pequim e Taipé, sem que pressionem qualquer uma das partes para a aceitação de uma solução por si apadrinhada. Esta observação é particularmente importante no que concerne a Taiwan, uma vez que após várias décadas de empenhamento americano na instalação e consolidação de um regime democrático, agora que ele existe, não se deve subalternizar ou tentar circunscrever a vontade da população da ilha em caso de opção por uma eventual independência (ainda que tal requeresse um gigantesco e prolongado processo de acomodação e negociação com Pequim cujos resultados não seriam menos complicados).

7. Considerações Finais

Como conclusão pode-se afirmar que a médio prazo, é possível aos Estados Unidos impedirem um ataque militar a Taiwan, desde que Taipé não declare a independência,

80 Termo empregue por SAUNDERS, Phillip C., “Project Strait Talk: Security and Stability in the Taiwan Strait”, 2000, acessível em <http://cns.miis.edu/cns/projects/eanp/conf/strait/index.htm>.

81 SHIRK, Susan, Testemunho Perante o Comité para as Relações Internacionais do Senado Americano, 1998. <http://usia.gov>.

pois o emprego coercivo da força por parte de Pequim é mais provável do que uma invasão – porque os custos desta opção são menores bem como as perspectivas de sucesso maiores. As suas capacidades militares americanas permitem, caso seja necessário, efectuar uma “escalada de domínio”⁸² à qual se habituou fruto da confrontação com a União Soviética, ainda que aqui esta assuma nos estágios iniciais uma componente exclusivamente convencional⁸³. Concorrentemente os líderes chineses respeitam não apenas as capacidades militares norte americanas como a credibilidade das suas ameaças, caso sejam quebradas as regras de uma “convivência mútua e vantajosamente suportável” entre os dois lados do Estreito⁸⁴. No entanto, a eficácia da capacidade de dissuasão americana depende em último caso da natureza dos interesses chineses (preservação do *status quo* ou revisionismo?)⁸⁵.

Uma eventual guerra que resulte na derrota da China implica para esta muito mais do que a perda de capacidade militar. O esforço de modernização iniciado com a “política da porta aberta” de Deng Xiaoping sofrerá um recuo de algumas décadas. Um conflito armado com os Estados Unidos obrigará Pequim a assumir uma economia de guerra, requerendo uma diversão de recursos destinados a investimentos de desenvolvimento na esfera civil para a aquisição de equipamento militar que nunca atingirá o patamar

82 Simplicemente, o racional desta doutrina é o de que “vencer uma pequena guerra pode evitar uma guerra média; vencendo uma guerra média pode-se evitar uma grande guerra”.

83 Esta “escalada de domínio” materializou-se aquando da obtenção por parte da União Soviética em meados da década de sessenta de uma capacidade em lançar um segundo ataque nuclear. Este facto deu origem ao reforço das capacidades militares convencionais e nucleares americanas que conduziram ao estacionamento de mísseis nucleares táticos na Europa Ocidental na década de setenta.

84 Como sublinhou um observador chinês no caso da guerra da Jugoslávia: “o que muitas pessoas anotaram foi a eficácia da dissuasão americana... se aplicada ao Estreito de Taiwan e no futuro, poderemos assistir a um incremento assinalável nesta capacidade e a uma correspondente escalada na dinâmica de dissuasão”. YINHONG, Shi, “Meiguo dui Hua Zhengce he Taiwan Wenti de Weilai” (Política Norte Americana Face à China e o Futuro da Questão de Taiwan), Zhanlue yu Guanli n.º 6, 2000, p. 52. Após as mais recentes demonstrações de poder militar americano no Afeganistão e no Iraque estas observações tendem a ser mais pertinentes.

85 Nesta perspectiva alguns desenvolvimentos estratégicos como a implementação por parte dos Estados Unidos e do Japão de um sistema de defesa anti-míssil do tipo THAAD prevista para final da década (a inclusão de Taiwan no projecto seria um erro), a entrada em funcionamento do sistema de defesa anti-balístico americano poderão materializar uma falsa segurança. Se por um lado poderão aumentar a dissuasão americana face à China, por outro poderão aumentar a insegurança da mesma face à sua capacidade de retaliar ante os Estados Unidos caso estes intervenham em apoio de Taiwan, mesmo no caso de uma declaração de independência de Taipé. Veja-se XIANG, Lanxin, “Washington’s Misguided China Policy, Survival n.º 3, 2001, pg. 19. Compete a Washington assegurar que neste ponto o tempo não corre contra a China e que a aplicação de tais sistemas é passível de ter regras de empenhamento no que concerne à questão de Taiwan.

de sofisticação e desempenho operacional auferido pelo material americano. O ónus da confrontação implicará também uma restrição do acesso da China aos mercados internacionais, a capital e a tecnologia. O impacto económico fará com que a China veja as suas ambições em se tornar numa grande potência mundial serem empurrados bem para o último terço do século vinte e um. Mais importante ainda, a combinação de uma derrota militar com uma inerente crise económica interna colocará a liderança chinesa assente no domínio do Partido Comunista entre “a espada e a parede”. A derrocada dos dois pilares de sustentação da legitimidade do edifício comunista (nacionalismo e desempenho económico) originarão uma implosão do poder do Partido. Ante esta intimidante dimensão dos riscos associados a uma derrota por parte de Pequim, acredita-se que a China seja por enquanto uma defensora do *status quo*, salvo qualquer acção politicamente irresponsável por parte das autoridades de Taipé que a obriguem a agir em contrário, e em defesa da sua credibilidade⁸⁶. Como refere um analista chinês, “Pequim já esperou cem anos pela reunificação mas deve estar preparada para esperar mais cinquenta. Enquanto a economia se continuar a desenvolver o tempo está do nosso lado”⁸⁷. Um suave desenvolvimento económico, e não a reunificação imediata deve ser a mais importante estratégia de segurança nacional. A China não deve empregar a força para obter uma reunificação, mas deve dissuadir Taiwan de declarar a sua independência por intermédio da ameaça de emprego dessa mesma força. Enquanto este prospecto for conseguido, a guerra com os Estados Unidos poderá ser evitada e a reunificação ainda que obtida mais tarde poderá ser finalmente consagrada. Mesmo assim, a paz no Estreito de Taiwan pode ser tão ilusória quanto a guerra é impensável.

86 Independentemente do facto de existirem no seio do Partido Comunista chinês vozes que defendem uma postura mais confrontacional perante a política de Washington face a Taiwan, pois a Casa Branca não tem capacidade de suportar uma guerra prolongada e distante do seu território, e onde os seus interesses nacionais não estão directamente em causa. A linha de raciocínio seguida é a de que “o emprego da força pela China com o objectivo de proceder a uma reunificação de Taiwan é extremamente desfavorável para os Estados Unidos. Se a guerra se arrastar indefinidamente, não será diferente da guerra do Vietname. Os Estados Unidos farão o mais possível para conterem uma guerra dentro de um limite espacial e temporal, o que será favorável à China. No entanto, tal não significa que tanto os Estados Unidos como Taiwan não recorram a medidas extremas”. HSIA, Tsiao, “U.S. Constraints on China’s Use of Force in Resolving the Taiwan Issue”, *Kuang Chiao Ching*; February 16, 2000, pp. 43-45. Deduz-se que para este analista as linhas estratégicas americanas são actualmente “muito longas” e o seu poder “difuso” (fensan).

87 ZICHENG, Ye, “Zhan yu He, Jiaogei Taiwan Dangju Xuan” (Guerra e Paz: Deixem a Opção de Escolha para Taiwan), *Huanqiu Shibao*, October 22, 1999.